



FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

Departamento de Ciência Política e Administração Pública

Licenciatura em Ciência Política

Engajamento dos Jovens em Movimentos Sociais na Cidade de Maputo: Análise do contributo da participação política não convencional na formação do “sujeito político”

Autora: Bastiana Sousa Ricardo

Supervisor: Baltazar Muianga, PhD

Maputo, Agosto de 2023



FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

Departamento de Ciência Política e Administração Pública

Licenciatura em Ciência Política

Monografia

Engajamento dos Jovens em Movimentos Sociais na Cidade de Maputo: Análise do contributo da participação política não convencional na formação do “sujeito político”

Autora: Bastiana Sousa Ricardo

Monografia apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de licenciatura em ciência política pela Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane, sob orientação do Prof. Baltazar Muianga.

Maputo, Agosto de 2023

FOLHA DE APROVAÇÃO

Engajamento dos Jovens em Movimentos Sociais na Cidade de Maputo: Análise do contributo da participação política não convencional na formação do “sujeito político”

Monografia apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de licenciatura em ciência política pela Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane.

O júri

O supervisor _____

O presidente _____

O oponente _____

Data: _____/_____/_____

Índice

| | |
|---|-----------|
| DECLARAÇÃO DE HONRA..... | i |
| DEDICATÓRIA | ii |
| AGRADECIMENTOS | iii |
| EPÍGRAFE | iv |
| RESUMO..... | v |
| ABSTRACT | vi |
| LISTA DE SIGLAS ABREVIATURAS | vii |
| INTRODUÇÃO | 1 |
| CAPÍTULO I | 5 |
| 1. DA REVISÃO DE LITERATURA À PROBLEMATIZAÇÃO | 5 |
| 1.1. Revisão da literatura | 5 |
| 1.1.1. Jovens em situação de aversão a política | 5 |
| 1.1.2. Jovens no contexto das novas formas de participação política | 7 |
| 1.2. Problematização..... | 11 |
| 1.2.1. Hipótese | 12 |
| CAPÍTULO II..... | 13 |
| 2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL..... | 13 |
| 2.1. Novo Institucionalismo Sociológico..... | 13 |
| 2.2. Teoria do sujeito..... | 15 |
| 2.3. Quadro conceptual | 17 |
| 2.3.1. Participação política..... | 18 |
| 2.3.1.1. Modalidades de participação política..... | 19 |
| 2.3.2. Sujeito político | 20 |
| 2.3.3. Movimentos sociais..... | 21 |
| CAPÍTULO III..... | 22 |

| | |
|--|----|
| 3. METODOLOGIA | 22 |
| 3.1. Método de pesquisa..... | 22 |
| 3.2. Técnicas de recolha de dados | 22 |
| 3.3. Amostra e Grupo alvo | 23 |
| 3.4. Critério de escolha dos participantes: Inclusão e Exclusão..... | 24 |
| 3.5. Técnica de análise de dados | 24 |
| 3.6. Princípios éticos observados | 24 |
| 3.7. Constrangimentos enfrentados na pesquisa | 25 |
| CAPÍTULO IV | 26 |
| 4. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS | 26 |
| 4.1. Perfil sociodemográfico dos jovens engajados nos movimentos sociais | 26 |
| 4.2. Motivações, aspirações e as conquistas dos Jovens engajados nos movimentos sociais | 27 |
| 4.2.1. Motivações dos Jovens para o engajamento | 27 |
| 4.2.2. Aspirações e conquistas dos jovens nos movimentos sociais | 28 |
| 4.3. Explorando a participação política não convencional em seus tipos e formas e os obstáculos enfrentados pelos jovens | 31 |
| 4.3.1. Conceção dos jovens sobre Participação não convencional..... | 31 |
| 4.3.2. Tipos e formas adoptadas pelos jovens | 34 |
| 4.3.3. Obstáculos enfrentados com a participação política não convencional | 36 |
| 4.4. Implicações da participação política não convencional na construção do sujeito político em jovens | 38 |
| 4.4.1. Participação política não convencional na mudança da visão e atitude dos jovens | 40 |
| 4.5. Contributo da participação política não convencional na construção do sujeito político em jovem | 42 |
| 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 46 |
| 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 48 |
| APÊNDICES | 51 |

DECLARAÇÃO DE HONRA

Eu, Bastiana Sousa Ricardo, declaro por minha honra, que esta monografia nunca foi apresentada, na sua essência, para obtenção de qualquer grau, e que a mesma constitui o resultado da minha investigação pessoal, estando indicadas e nas referências biográficas as fontes utilizadas para o efeito da pesquisa.

Licencianda

(Bastiana Sousa Ricardo)

Maputo, Agosto de 2023

DEDICATÓRIA

Aos meus Pais, Marília Raivoso e Sousa Ricardo.

(meus pilares)

AGRADECIMENTOS

Este trabalho simboliza o fim duma jornada que tanto almejei. Meu agradecimento é extenso, pois, não caminhei sozinha em todo o processo, tiveram pessoas que ajudaram-me directamente e o tornaram mais agradável mesmo em momentos de muita dificuldade. E também para aqueles que indirectamente possam ter ajudado de alguma forma.

Os meus agradecimentos especiais vão o meu orientador Prof. Baltazar Muianga, por acreditar em mim e ter aceitado trabalhar comigo logo quando o abordei de início, agradeço pela insistência, paciência, dedicação, correcção e disponibilidade sempre, sou muito grata por ajudar-me a finalizar mais um ciclo da minha vida.

Agradeço também, a todo corpo docente do Departamento de Ciência Política e Administração Pública pelo ensinamento.

A minha família que participaram do meu processo inicial e final, aos meus Pais, Marília Raivoso e Sousa Ricardo, as minhas irmãs Nura Ricardo pela inscrição e aprovação da minha escolha primária de curso, Noémia Ricardo pela referência, Fátima Ricardo e Shânia Ricardo pelo apoio, a minha tia Célia Raivoso e ao Osvaldo de Jesus por terem ajudado a minimizar os custos e ajudar-me intelectualmente e directamente.

As minhas colegas em especial a Géssica Ricardo e Rosalina Águas que tornaram-se amigas, obrigada, ao meu grupo inteiro Salma Chume, Suraia Jone, Rosita Gimo, Loura Ferramenta, Leonor Mabue e aos meus animais de estimação que estiveram presentes comigo de madrugada quando estudava, foram uma grande companhia.

Agradeço a todos entrevistados que participaram nesta pesquisa, e se disponibilizaram a compartilhar suas percepções, sentimentos e angústias. Meu muito obrigado a todos!

EPIGRAFE

*“O castigo dos bons que não fazem
política é serem governados pelos maus”
(Platão)*

RESUMO

Esta pesquisa tem como objectivo compreender como a acção de participar politicamente de forma não convencional contribui para a formação dos sujeitos políticos, tendo em foco os jovens engajados em movimentos sociais, pois, neste estudo partimos do pressuposto que a acção constrói o sujeito não o local onde está enquadrado, diferentemente de outros estudos que colocam a instituição como mentora do comportamento humano. Em termos metodológico o trabalho apoia-se em fontes escritas e entrevistas. Em específico duas teorias foram usadas como apoio para explicar a pesquisa, são estas a teoria do institucionalismo sociológico e a teoria do sujeito. O estudo usou uma abordagem qualitativa, cujos dados foram recolhidos por meio de entrevistas semiestruturadas junto de 06 jovens que constituíram a amostra. A compreensão dos dados mostrou que as acções que são organizadas e realizadas nos espaços não convencionais de participação política, como o protesto, greves, debates multissetoriais, permite com que os jovens construam-se como sujeito político. Ademais, a participação não convencional mostrou ser um mecanismo viável para grupos desfavorecidos na sociedade, esse meio ilustrou ser aberto as inovações, diferente das formas tradicionais de participação política, mencionado na pesquisa como sendo meramente restrita a inovações. Constatou-se que a participação não convencional é uma ferramenta potente na formação do sujeito político, ela não só constrói, mas tem poder de alterar as visões e atitudes de quem adopta a esse meio ou prática, pois, através delas os jovens têm adquirido mais conhecimento relacionado ao mundo e de “si”, o que permite algumas mudanças na sua mentalidade.

Palavra-chave: *Jovens, Movimentos Sociais, Participação Política não Convencional e Sujeito Política.*

ABSTRACT

This research aims to understand how the action of participating politically in an unconventional way contributes to the formation of political subjects, focusing on young people engaged in social movements, because, in this study, we start from the budgets that the action secures the subject, not the place. where it fits, unlike other studies that treated the institution as a mentor of human behavior. In methodological terms, the work is based on written sources and interviews. Specifically, two theories were used as support to explain the research, these are the theory of sociological institutionalism and the theory of the subject. The study used a qualitative approach, whose data were collected through semi-structured interviews with 06 young people who constituted the sample. The understanding of the data showed that the actions that are organized and carried out in unconventional spaces of political participation, such as protest, strikes, multisectoral debates, allow young people to construct themselves as political subjects. Furthermore, unconventional participation has proven to be a viable mechanism for disadvantaged groups in society, this illustrious means being open as innovations, unlike traditional forms of political participation, mentioned in the research as being merely restricted to innovations. It was found that unconventional participation is a tool in the powerful formation of the political subject, it not only built, but has the power to change the views and attitudes of those who adopt this means or practice, because, through them, young people acquired more knowledge. related to the world and “self”, which allows for some changes in your mentality.

Keywords: Youth, Social Movements, Unconventional Political Participation and Political Subject.

LISTA DE SIGLAS ABREVIATURAS

MAM – Movimento Activista de Moçambique

M.S - Movimentos Sociais

OM – Observatório das Mulheres

INTRODUÇÃO

As novas formas de participação política têm sido objecto de estudo no mundo contemporâneo. Estes são tidos como formas não convencionais de participação política, vistas nas médias sociais ou nos espaços dos movimentos sociais. Neste estudo, importa explorar a participação feita pelos jovens nos espaços dos movimentos sociais e, como esta participação contribui para a construção da identidade política dos jovens, isto é, como a acção gerada pelos jovens nestes espaços têm os tornado sujeitos políticos.

No livro “sociologia dos movimentos sociais” de Maria da Glória Gohn (2014), parte do pressuposto da existência de um novo movimento social e modelo de associativismo civil dos jovens no mundo contemporâneo. Com a globalização, surgiram as novas formas de mobilização, o desencanto com a política, a indignação diante do cenário de corrupção, falta de ética, mau uso dos fundos públicos e falta de vontade política dos dirigentes, foram algumas das motivações para repensar em novas estratégias de participação, as redes sociais e os movimentos tornaram-se uma referência.

Todavia, Biza (2009) no seu estudo sobre as dinâmicas associativas de jovens em Moçambique pós-colonial reitera que a nível discursivo, a entrada na vida associativa representa uma forma de legitimação sociopolítica em resposta a um discurso que considera os jovens passivos e pouco intervenientes na solução dos problemas que lhes afecta em particular. As motivações do engajamento associativo dos jovens encontram-se com mais frequência no discurso dos jovens em referência aos objectivos altruístas, que se traduzem por uma forte manifestação de sentimentos e disposição para se interessar e sacrificar-se por outrem, isto é, os jovens têm tendências a tornarem-se actores colectivos numa primeira fase, a entrada na vida associativa é manifestação da sensibilidade moral e humanitária. Eles associam-se ou engajam-se nas associações para ajudar os outros, sejam da sua aldeia ou de qualquer outro lugar da sociedade onde haja desfavorecidos, criança, idosos, deficientes, jovens ou adultos.

Os jovens encontram-se em momento de transição na vida pessoal, portanto, abertos a várias alternativas que os traga satisfação na fase adulta. Talvez por isso, a observação da história indica que os movimentos de ruptura relativamente a estruturas sociais que começam a mostrar-se incompatíveis com as novas condições de vida e de convivência atraem

particularmente a participação juvenil. Nesses momentos, os jovens costumam tomar parte da acção, situando-se muitas vezes, à frente destas (Rabat,2002). Nessa linha é perceptível que os jovens mostram-se particularmente abertos à mobilização social e política, tanto em nome de interesses próprios da juventude, como em nome de interesses colectivos. Essa particular aptidão resulta de um acúmulo de factores sociológicos e até biológicos, entre os quais avulta a situação de relativa distância em relação às hierarquias sociais que se criam na família, no emprego, e ademais espaços. A visão expansiva afirma que os jovens, embora apresentem níveis de abstenção altos e de participação partidária baixos, organizam-se cada vez mais em estruturas políticas não tradicionais/não partidárias (colectivos, movimentos, associações) e que têm uma presença cada vez mais forte em acções de rua. (Silva, *et al.* 2021).

As disposições para o engajamento político estão ligadas às desigualdades das condições de origem e dos capitais sociais, económicos, culturais e políticos dos agentes sociais. Os sujeitos situados nas posições inferiores de classe estão mais predispostos ao engajamento, devido à busca para diminuir a desigualdade de acesso aos bens sociais e culturais disponíveis na sociedade (Bourdieu 1983, *apud*, Brenner, 2016).

Os movimentos sociais apresentam um papel crucial para a participação dos jovens no espaço públicos. Historicamente, os jovens estiveram na vanguarda da mudança. Sempre procuraram desafiar as injustiças e desigualdades perante eles, pressionam por participação e responsabilidade. Os mesmos, têm garantido aos seus membros jovens essa participação, os jovens no seio dos espaços são criativos quando se trata de apontar deficits democráticos e discriminação. Eles organizam protestos pacíficos contra restrições de acessos a necessidades básicas, defendem a paz, lutam pela igualdade e não discriminação, etc., essas lutas são feitas em um espaço de difícil acesso no nosso País, mas, os movimentos sociais, tornam-se meios para chegar a um objectivo colectivo, tendo em consideração que, esses carregam em si o rótulo de influenciadores de políticas públicas, assim como as elites, esses tem poder de mudança, com prioridade em mudança social (Izsák-Ndiaye, 2021).

Este trabalho procura focar-se nos meios de participação não convencionais e o contributo que essa trouxe e possa trazer na construção do sujeito político, e para efeito, busca-se o público jovem que estão envolvidos nos movimentos sociais, lugar considerado de facilitador para todos que pretendem exercer o direito de cidadania em grupos que tenham interesses similares.

Desta feita o objectivo geral definido para este trabalho é: *Analisar a contribuição da participação política não-convencional na construção do “sujeito político” dos jovens engajados em movimentos sociais na cidade de Maputo.*

Os objectivos específicos são: (i) *Conhecer as motivações e aspirações dos jovens nos espaços dos movimentos sociais;* (ii) *Identificar os tipos e formas de participação política não convencional adoptados pelos jovens em movimentos sociais;* (iii) *explicar as implicações da participação política não convencional na construção do sujeito político dos jovens.*

Como **justificava** desta pesquisa, foi constatado que as temáticas ligadas a modalidades de participação política dos jovens são quase inexistentes no contexto moçambicano, principalmente quando se é referente ao modo de participação política não convencional nos espaços dos movimentos sociais, muito menos fala-se do sujeito político jovem, aquele com autonomia e com conhecimento do exercício da cidadania fora das modalidades convencionais de política.

A escolha referente aos espaços dos movimentos sociais (lugar onde se pode encontrar a modalidade de participação política não convencional) dá-se pelo facto destes terem mostrado recentemente acções que chamaram atenção a nível nacional, regional e internacional. Estas acções foram perpetradas principalmente por jovens engajados aos movimentos sociais, estes que por sua vez, procuraram mostrar seu descontentamento mediante as acções do governo numa segunda fase (reivindicavam por justiça, e o respeito ao artigo 51 da constituição República de Moçambique) face ao acontecimento da primeira fase (Marcha pacífica impedida pela Polícia da República de Moçambique mesmo que tenha sido permitida sua realização) e no período próximo às eleições, os representantes dos partidos terão que ser mais convincentes para com estes jovens.

Em termos teóricos este estudo poderá ser de extrema relevância para área de ciência política, porque vai de alguma forma acrescentar a hipóteses sobre a compreensão dos assuntos direccionados aos jovens e sua forma criativa de fazer política, ou melhor, será relevante em matérias ligadas ao exercício da cidadania ou mesmo da participação política.

Na prática, este estudo poderá contribuir como estratégias para as campanhas eleitorais, uma vez que os jovens envolvidos em acções políticas, têm por conseguinte conhecimento do

cenário político do seu país, geralmente sabem como reivindicar os seus direitos, dado que o meio onde estão inseridos carrega o rótulo de facilitador para acção destes. Com o propósito de se eleger, os candidatos que têm em vista eleger-se, terão que apresentar um excelente argumento para conquistar o voto destes jovens.

O trabalho está dividido em quatro capítulos, o primeiro capítulo retracts da revisão de literatura ao problema de pesquisa, é nesta parte do trabalho que são apresentadas as diferentes abordagens em torno do tema em análise, na qual resultou na problematização e na pergunta de partida que orientou as etapas subsequentes. No capítulo seguinte, encontramos o enquadramento teórico e conceptual, estas que auxiliaram na interpretação dos dados obtidos nas entrevistas. No terceiro capítulo encontramos a orientação ou aspectos metodológicos do trabalho. E por fim, no nosso quarto capítulo, é referente a análise e interpretação dos dados.

CAPÍTULO I

1. DA REVISÃO DE LITERATURA À PROBLEMATIZAÇÃO

1.1. Revisão da literatura

Para esta secção, apresenta-se estudos a debruçar sobre a temática das motivações e desinteresse dos jovens sob as formas de participação política convencionais. Para tal seguimento, a revisão da literatura será apresentada em duas abordagens, a saber: a primeira trata dos jovens na situação de aversão a qualquer forma de participação política, estes estudos procuram explicar as motivações que afastam os jovens a engajar-se em qualquer ou alguma modalidade de participação política; e a segunda que descreve os jovens num contexto da participação não convencional, estes estudos descrevem as motivações que levam os jovens a escolher meios não convencionais de participação. As duas abordagens são semelhantes quanto alguns pretextos que são referentes as motivações das escolhas dos jovens em abster-se das formas convencionais de participação política.

Com o referido acima, a revisão da literatura estará dividida em duas abordagens, importa alegar que alguns autores no seu estudo fazem referência as duas abordagens a destacar (i) jovens em situação de aversão a política defendida por: Brenner (2018); Silva *et al.* (2021); Mesquita, Bonfim, Padilha, e Silva (2016); Araújo e Perez (2021); Butler e Princeswal (2012); e Maluf *et al.* (s.d). E (ii) jovens no contexto de participação política não convencional observadas por: Roldán (2021) Butler e Princeswal (2012); Silva *et al.* (2021), Mesquita *et al.*(2016); Mayorga (2007); Araújo e Perez (2021); Honwana (2014) e Biza (2009).

1.1.1. Jovens em situação de aversão a política

Primeiramente, será apresentada a abordagem referente aos jovens em situação de aversão a política. Na linha desta, os jovens tendencialmente não possuem interesse nenhum por qualquer forma de política existente no geral, eles acreditam que o conceito “política” não afecta em nada nas suas vidas e tornam-se ignorantes por qualquer modalidade de participação, porém, essa aversão pode ser entendida por diversos motivos ligados não só a má governação ou falta de emprego, mas também, esta pode ser adquirida como herança por parte da família.

Brenner (2018) no seu estudo mostra claramente o que faz com que os jovens tenham aversão à política. Segundo o autor, por motivações diversificadas ligada à familiar, a situação económica, quer pelos partidos políticos e a má governação, até mesmo a falta de conhecimento em outros meios de participação política, permite com que os jovens tenham aversão pela política, democracia, assim como, na mudança. É na família que ganham os seus primeiros saberes, as experiências vividas pelos pais, na qual são influenciados, e a origem de classe das famílias são significativas para compor o cenário no qual ocorreu a socialização dos jovens, pois constituem a cultura política e as visões de mundo que os pais buscaram transmitir a seus filhos e sobre as quais os filhos apoiaram-se, acrescentando elementos das suas próprias experiências, para construir os seus caminhos militantes.

A ignorância política é também explicada no estudo de Silva *et al.* (2021), estes produziram um estudo a partir de entrevista grupais de jovens de (02) dois a (03) três elementos sob múltiplos temas para análise. Durante a discussão dos grupos, centrando-se na análise das razões para a não participação dos jovens nos espaços públicos. Essa discussão foi capaz de apontar três referências de lugares: escolas, os jovens apontaram as falhas do ensino obrigatório; outra referência são os próprios jovens, seja pela desilusão com a política convencional e o desconhecimento relativo a formas de acção alternativas, ou seja, os meios não convencionais, a falta de empatia e a persistência do individualismo, seja pela necessidade de alguns grupos manterem os seus privilégios foram apontados; seja pela persistência de obstáculos estruturais ligados a dimensões geográficas, geracionais, de classe social, de género e interseccionais, ou mesmo relativas à intelectualização do discurso político.

Quando a política institucional, mais conhecida pelos jovens começa a falhar em detrimento da má governação, os jovens têm tendência a perder o seu interesse pela mesma, assim sendo, procura afastar-se desta. A política institucional ligada à ideia de democracia formal e ao sistema político partidário, assim como eleitoral, passam por uma crise em termos de adesão e crença por parte da população em geral e dos jovens em particular, resultado de uma conjuntura política permeada de notícias de escândalos e mau uso do dinheiro público (Mesquita *et al.* 2016).

Araújo e Perez (2021) no seu estudo sobre as motivações que levam os jovens a ter aversão pelos partidos políticos, destacam que aquando da influência familiar, os jovens têm

tendências a crescerem com o sentimento de repugnância aos partidos e a política devido aos seus parentes, existindo assim, uma desconfiança pelos meios de participação convencional. Rejeição aos partidos políticos se manifesta como o resultado da percepção destes como incapazes de realizar a representação dos interesses e ideias desses jovens na arena política e social. As estruturas altamente burocratizadas e hierarquizadas dos partidos são vistas como empecilhos a participação efectiva, especialmente para os jovens.

Essa vertente detrás é mais abrangentes as formas de participação dos jovens, para esses autores, ocorrem transformações significativas na participação dos jovens em relação às formas tradicionais de organização política. Para estes, muitos pesquisadores e no senso comum, essa transformação é entendida como uma apatia da juventude de hoje em relação à política e a participação colectiva para mudanças sociais, é notório que essa ideia procura mostra-nos que os jovens não têm interesse nenhum pelas diferentes formas de participação. Os jovens de hoje, de acordo com essa perspectiva, são considerados: consumistas, ou seja, passivos diante da sociedade do consumo, individualistas, pois estão mais envolvidos em projectos individuais e não solidários, conservadores e não progressistas, alienados e não engajados, apáticos e não participativos (Novaes, 2006 *Apud* Butler e Princeswal, 2012).

A perspectiva que aborda o não interesse dos jovens pela política, afirma que gerações mais engajadas e mais cívicas estariam a ser substituídas por jovens mais individualistas. O mesmo autor faz uma comparação das gerações de jovens revolucionários encontrados no período pré-industrial, a geração de jovens atuais está mais voltada principalmente para as suas actividades profissionais e a sua vida privada. O individualismo pode corroborar com a ideia de que os jovens, conforme destacado anteriormente, enxergam a política como algo que não interfere nas suas vidas, no seu dia-a-dia, ou seja, para estes a política não os diz nada. Os desinteresses dos jovens pela política podem ainda ser causados pelas tecnologias ou médias digitais, algo que é do interesse dos jovens no mundo (Barros *et al.*, 2019 *apud* Maluf *et al.* (s.d)).

1.1.2. Jovens no contexto das novas formas de participação política

A segunda abordagem é referente aos jovens que buscam agir politicamente em espaços não convencionais de participação, estes são relativamente extensões dos movimentos ou grupos sociais. Para esta abordagem, as motivações são de qualquer forma ligadas a primeira, a diferença é que nesta, os jovens tomam a acção e não se mantêm na zona de conforto

considerando que a política nada tem a ver com eles. Para estes jovens a participação ligada aos espaços convencionais os limita de pensar e agir, e os movimentos sociais são como espaços livres de actuar.

Por motivações similares a perspectivas da aversão a política, muitos jovens procuram participar nos espaços públicos actualmente, desse modo constroem-se possibilidades de acção dos jovens nos espaços públicos, muito ligados à organização sociais. Nesse sentido, a participação dos jovens no espaço público tende a se desenvolver por meio de vários canais expressivos e organizacionais, não necessariamente vinculados às instituições políticas tradicionais. Essas modalidades inovadoras e instituintes de participação adoptam, nas manifestações, protestos, etc., um componente afectivo ou emocional evidente nos corpos daqueles que a habitam (Roldán, 2021).

Contudo, Butler e Princeswal (2012) no seu estudo sobre as culturas de participação, esses autores reconhecem outra marca da participação juvenil actual, que diz respeito à sua localização numa organização. Visto que o jovem valoriza a dimensão de indivíduo como algo fundamental e não está disposto a perder sua individualidade, seu engajamento é motivado pelo anseio a ideologias próprias, visto que seria muito difícil e essas não serem afectadas nos espaços convencionais. Isso o faz participar de organizações com outras características, muitas vezes, com um baixo grau de institucionalização. Este aspecto parece como um forte marco da juventude, um aspecto antiautoritário e contra formas de organização demasiadamente rígidas que podem ser encontradas nos espaços meramente institucionalizados.

Silva *et al.* (2021) no seu estudo grupal sobre a participação política dos jovens abordam sobre os factores que favorecem a participação política dos jovens, para essas autoras, esses factores parecem situar-se a dois níveis nomeadamente: as experiências pessoais de injustiça percebida ou a vivência directa de opressão, as relações familiares e afectivas. Os dados que foi possível colher na entrevista de grupos dos activistas, sugerem que, os motivos de similares a escolha da não participação pode ser a mesma para a participação. Para os jovens activistas, estas experiências vividas têm um papel estimulador da participação, tal como as relações familiares e afectivas. O pessoal também é político aqui no sentido de que a vida quotidiana é uma experiência inevitavelmente política.

Na mesma linha de ideia, os autores Mesquita *et al.* (2016) afirmam que a percepção de injustiça e desigualdade faz os jovens tomarem posição, se organizarem no sentido de combater e resistir aquilo que segrega, diminui e exclui as pessoas. A participação política se coloca aqui não apenas como um ideal, mas sim, como uma exigência ética desses jovens que já não conseguem conviver com o preconceito, a forte estratificação social e a negação de direitos.

Diante do incómodo referente a algum sentimento de injustiça, mas também por vontade de participar da construção da vida comum, muitas vezes os jovens vão se associar em movimentos, organizações e grupos de diversos tipos. A transformação de uma indignação ou incômodo individual em acção colectiva também é um processo contínuo, complexo e não linear que poderia ser resumido pela noção de identidade colectiva (Melucci, 2001 *apud* Mayorga, 2007)

Na linha das motivações dos jovens serem anti-partidários e rejeitarem os meios de participação convencional possibilitando as suas preferências pelos movimentos sociais que configuram ser meios de participação não convencional, Araújo e Perez (2021) afirmam que a rejeição dos partidos dá-se por motivações democráticas, ou seja, os jovens têm preferências por movimentos sociais porque os partidos não tem dado espaço e tem tido uma má actuação, a preferência pela participação não convencional é certa. A influência familiar é também uma motivação, os jovens crescem com o sentimento de cria repugnância aos partidos e a política devido aos seus parentes, existindo assim, uma desconfiança pelos meios de participação convencional. Os autores ainda afirmam que, os jovens possuem uma visão de desconfiança em relação aos partidos políticos que pode ser compreendida a partir da perspectiva do antipartidarismo reactivo. As experiências negativas com as siglas partidárias ao longo da vida dos jovens e a própria relação do movimento com os partidos levaram a uma percepção negativa em relação aos partidos políticos. Por inconformismo das acções do governo, das políticas, os jovens têm preferido engajar-se nos movimentos sociais, ou criam seus próprios movimentos com o intuito de participar nos espaços públicos.

Não fugindo da abordagem de Araújo e Perez (2021) sobre o antipartidarismo, Honwana (2014) reitera no seu estudo que muitos jovens activistas entrevistados em seu estudo, foram críticos em relação às acções dos partidos políticos e recusam-se a ser manipulados por líderes políticos que eles consideram ser corruptos e apenas preocupados com o seu

bem-estar pessoal, é notório aqui que existe uma descrença sobre a actuação dos partidos políticos em África, e nota-se que os jovens têm procurado outros meios de interagir com a sociedade. Esses jovens ao longo da história criaram movimentos sociais com o intuito de protestar pelas más condições oferecidas pelos políticos no poder, a mesma autora reitera que actualmente, os jovens tendem a abandonar actos políticos individuais para actos colectivos na esfera pública.

Demarcada por um sentimento de injustiça que surge muito concretamente através das diferentes expressões da desigualdade por eles vivenciadas no quotidiano. Surge no interior das acções políticas de jovens inseridos e engajados nos grupos um senso de colectividade em prol da transformação para um mundo melhor, um mundo diferente que os possa trazer satisfação. Diferente do que muitas vezes se veicula, esses jovens pautam suas acções por uma lógica da responsabilização pelo outro, diante do desgaste das formas clássicas de participação, os jovens têm buscado outros modos de agir que não passam obrigatoriamente pela via institucional, via essa que está cada vez mais marcada pelo sentimento de repudia. Os jovens apresentam estratégias de mobilização que têm ganhado visibilidade frente às transformações e mudanças do cenário político. Essa participação se dá a partir e por meio de manifestações culturais, de debate sobre que cidades querem, ou seja, que mudanças podem ser feitas para o benefício de uma colectividade no seio da sociedade, etc. Buscam redesenhar os mecanismos de participação, utilizando-se de ferramentas e fazeres que demarcam diferença diante das vias mais conhecidas de luta. Os jovens mostram, a partir de suas manifestações artísticas e da discussão política sobre, dimensões da vida política que passam pela reivindicação de direitos e pelo reconhecimento de suas identidades (Mesquita *et al.* 2016).

Para Biza (2009) de forma geral, as motivações da adesão dos jovens às associações estão subordinadas às suas expectativas ou ambições individuais. As razões de entrada no espaço associativo estão relacionadas à diferença existente entre o seu campo de experiência e o seu horizonte de expectativas, ou seja, o campo na qual estão inseridos, não cria condições para sua auto-realização. Para este autor, os jovens apercebem-se cada vez mais que o mundo social no qual estão inseridos revela-se doravante incapaz de realizar as suas aspirações e projectos individuais. Consequentemente para resposta as suas frustrações, os jovens associam-se por “razões práticas”, e estas são razões ligadas às situações que eles enfrentam no seu quotidiano. No cenário de dificuldades sociais e económicas que afecta a parte

significativa deles, impele-os a entrar no activismo e encarar o associativismo numa abordagem estratégica que visa não somente solucionar problemas das privações, mas também obter reconhecimento social, num quadro em que os mesmos jovens são frequentemente confrontados com discursos que fazem referência à sua passividade e apatia, ou seja, não se interessam por política, contrario a esse discurso os jovens têm mostrado que realmente tem interesses e para mostrar, estes buscam meios de ser ouvidos. O engajamento associativo visto numa abordagem estratégica significa que, pela entrada nas associações, os jovens demonstram o seu sentimento de dedicação para com outrem; eles preparam o seu próprio futuro; eles passam de uma atitude de expectativa para uma atitude de conquista e de criação; os jovens procuram resolver colectivamente as incertezas do momento, ou melhor, estes se tornam actores sociais capazes de demonstrar, discutir seus interesses. Outra motivação é referente as condições económicas, para alguns jovens engajar-se numa associação representa uma oportunidade de encontrar um emprego e/ou lutar contra o desemprego que afecta esta categoria social, referente a dificuldade que tem no mercado do trabalho os movimentos sociais acabam sendo uma alternativa (*idem*).

Os estudos tendem a mostrar as motivações que levam os jovens a aversão e participação nos espaços informais de política, o que percebe que as duas perspectivas são unânimes em afirmar que o jovem, estando na fase de transição para a fase adulta, tem tendências a fazer escolhas. A escolha de participar ou não na política, ou exercer a cidadania são geralmente apresentadas em estudos por motivações similares, por exemplo, a má governação dos seus representantes pode estar por trás da aversão a política dos jovens, assim como para a participação na política, muitas vezes não convencionais e que estejam longe da conexão das instituições formais de política.

1.2. Problematização

Em Moçambique, os jovens constituem a maioria da população. Essa camada tem sofrido pressão na sua transição para a fase adulta, pois, é nesta fase que se têm procurado formas de satisfação para sua vida futura. Por conseguinte, se as condições existentes dificultam suas perspectivas futuras, é certa sua reivindicação, considerando que existe outros que se abstém.

Os estudos de Araújo e Perez (2021); Honwana (2014) têm tendências em mostrar as motivações que levam os jovens a não aderirem aos espaços convencionais de participação ligados aos partidos políticos, porém, as formas de participação política não se limitam em

engajamentos aos partidos políticos. Hoje em dia, as velhas formas de fazer política estão sendo renovadas cada vez mais pelos jovens que procuram de forma não convencional mostrar que se importam com o cenário político do seu país, seus direitos estão sendo cada vez mais reivindicados, a revolta é perceptível. Os partidos tornaram-se velhas formas de participação política, esta forma convencional de participação é vista como “retentor da individualidade”, pois, os seus membros passam a responder e pensar sob sua ideologia, cujo objectivo é alcançar o poder e sua actuação é mais observada nos períodos eleitorais. A acção periódica dos partidos faz com que os jovens optem pelas novas formas de participação política nos espaços dos movimentos sociais que estão a todo momento em actividade e acção.

Conforme a literatura, o sentimento de inconformismo por conta da má actuação dos governantes, permite com que os jovens tornem-se apáticos com a política, as promessas de melhoria, a garantia de oportunidade, dos direitos, etc., é percebida como uma máscara ilusória. Na mesma linha da inconformidade, existem grupos de jovens cientes com o cenário político do seu país, todavia, e com o desejo de mudar de alguma forma o cenário na qual se encontra, garantir um futuro satisfatório para si e as próximas gerações. Esses jovens procuram tornam-se representantes da sociedade e expressam por meio de debates, manifestações, protestos, marchas, etc., lembrar aos seus representantes, o compromisso que possui com a sociedade (Araújo e Perez, 2021).

Desta feita, o problema que pretendemos discutir incide sobre a consciência que pode ser retirada da participação política não convencional no processo de construção do sujeito político em jovens. O problema ressalta ainda a importância de examinar como os jovens se percebem como agentes políticos e como tem sido as mudanças em suas crenças e valores políticos e na consolidação de seu pertencimento a movimentos sociais. É com base no referido acima que construímos esta pergunta de partida:

Como a participação política não convencional tem contribuído para a construção do “sujeito político” nos jovens que se engajam em movimentos sociais na Cidade de Maputo?

1.2.1. Hipótese

As acções (como protesto, manifestações etc) geradas pelos movimentos sociais permitem com que os jovens participem politicamente e essa vertente de participação impulsiona a construção da autonomia dos jovens, o que permite a construção do “sujeito político”.

CAPÍTULO II

2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL

Para melhor assimilação do contributo das novas formas de participação política geradas pelos movimentos sociais na construção do “sujeito político” em jovens engajados, buscamos a teoria do novo institucionalismo sociológico, e para complementar o nosso trabalho, socorremo-nos da teoria do Sujeito de Alain Toureine. Por conseguinte apresentamos o quadro conceptual e ilustraremos os principais conceitos deste trabalho.

2.1. Novo Institucionalismo Sociológico

O institucionalismo sociológico surgiu no quadro da teoria das organizações. O movimento remonta ao fim dos anos 70, no momento em que certos sociólogos puseram-se a contestar a distinção tradicional entre a esfera do mundo social, vista como o reflexo de uma racionalidade abstracta de fins e meios (de tipo burocrático) e as esferas influenciadas por um conjunto variado de práticas associadas à cultura (Hall e Taylor, 2003).

O institucionalismo sociológico demonstra propensão a conceituar as instituições de forma bastante ampla ao incluir não somente regras, procedimentos ou normas formais, mas também, esquemas cognitivos que servem de referências para guiar acções humanas. As instituições, aqui, são tidas como constituintes de actores e seus interesses, uma vez que destas provém a identidade, concepções da realidade, padrões de avaliação e de regras comportamentais (Procopiuck, 2013).

Para Hall *et al.* (2003) existem três características do institucionalismo em Sociologia: primeiro que os teóricos dessa escola apresentam inclinação a conceituar as instituições de maneira muito mais global do que os pesquisadores em Ciência Política, incluindo não só as regras, procedimentos ou normas formais, mas também os sistemas de símbolos, os esquemas cognitivos e os modelos morais que fornecem “padrões de significação” que guiam a acção humana.

Em segundo lugar, os teóricos dessa escola concentram-se no modo como as instituições influenciam o comportamento ao fornecer esquemas, categorias e modelos cognitivos que são indispensáveis à acção, mesmo porque, sem eles, seria impossível interpretar o mundo e o comportamento dos outros actores. As instituições exercem influência sobre o comportamento

não simplesmente ao especificarem o que se deve fazer, mas também o que se pode imaginar fazer num contexto dado. As instituições influenciam a identidade e a imagem de si dos atores sociais, são elas mesmas vistas como sendo constituídas a partir das formas, imagens e signos institucionais fornecidos pela vida social (Hall *et al.* 2003).

Os teóricos do institucionalismo sociológico sustentam que, uma vez confrontado com uma situação, o indivíduo deve encontrar um meio de identificá-la e de reagir a ela, e que os cenários ou modelos inerentes ao mundo da instituição lhe oferecem os meios de resolver uma e outra dessas tarefas, não raro relativamente simultâneo. A relação que liga o indivíduo e a instituição repousa, portanto, sobre uma espécie de “raciocínio prático” (agir com base no conhecimento ou experiência) pelo qual, para estabelecer uma linha de acção, o indivíduo utiliza os modelos institucionais disponíveis ao mesmo tempo que os confecciona. De modo nenhum, tudo sugere que os indivíduos não sejam dotados de intenções, ou sejam irracionais. Os defensores desta teoria sublinham é que aquilo que um indivíduo tende a considerar como uma “acção racional” é ele próprio um objecto socialmente constituído, e eles conceituam os objectivos que um autor se impõe numa perspectiva muito mais ampla que a de outros teóricos. Os sociólogos, por seu lado, descrevem um universo de indivíduos ou de organizações em busca de definir, ou de exprimir suas identidades conforme modos socialmente apropriados (*idem*).

Ainda nessa linha de ideia, destaca-se que no institucionalismo sociológico a ênfase é direccionada rumo a sistemas culturais e cognitivas que influenciam comportamentos, muitas vezes de modo subconsciente. As instituições são concebidas como estruturas normativas e cognitivas que os indivíduos podem e utilizam com finalidade de encontrar sentido em relação ao mundo e com intento de decidir como agir nele (Procopiuck 2003, p. 113). O mesmo actor ainda afirma que:

Ao enfatizar a dimensão cognitiva o novo institucionalismo sociológico procurar entender como as instituições influenciam o comportamento quando fornecem esquemas, categorias e modelos cognitivos que são vistos como imprescindíveis na consecução de propósitos de agir. Sem eles, pois, não haveria possibilidades fáticas de dado actor interpretar o mundo e o comportamento dos outros actores. As instituições, nesse sentido, exercem influências não somente sobre os cálculos estratégicos dos actores, mas também sobre suas preferências fundamentais que parametrizam suas acções. Desse modo, o indivíduo, confrontando-se com dada situação deve encontrar um modo de identifica-la e em relação a ela, reagir de acordo

com os cenários ou modelo originários do mundo institucional a resolver ambas as tarefas, as vezes simultaneamente (idem).

E para terceira característica, os teóricos tratam do problema da explicação do surgimento e da modificação das práticas institucionais, os mesmos, sustentam que as organizações adoptam com frequência uma nova prática institucional por razões, com menos a ver com o aumento da sua eficiência do que com reforço que oferece à sua legitimidade social à de seus adeptos. Em outros termos, as organizações adoptam formas e práticas institucionais particulares porque elas têm um valor largamente reconhecido num ambiente cultural mais amplo. Em certos casos pode ocorrer que essas práticas sejam aberrantes quando relacionadas ao cumprimento dos objectivos oficiais da organização (Hall *et al.* 2003).

Para Procopiuck (2003) existe no institucionalismo sociológico a preocupação de demonstrar expectativas, papéis e rotinas se desenvolvem em respostas ao desejo de agir com legitimidade e de modo apropriado em relação a estruturas e sistemas macrossociais a partir dos quais emergem condicionamentos incidentes sobre acções individuais e colectivos, com isso, no sentido de assegurar a existência de eficientes e seguras transacções, actores legitimados socialmente procuram impor regras informais e leis formalizadas visando, com isso, que se tornem instituições obrigatórias.

2.2. Teoria do sujeito

Para melhor guia na compreensão do sujeito político jovem. Alain Touraine apresenta no seu livro “*o novo paradigma*” o que se constrói como sujeito. Para ele, antes de entender o sujeito é importante entender o indivíduo, ou melhor, compreender primeiramente o “não sujeito”.

Os indivíduos são em si diferentes, existe em si e para si uma particularidade, a sociedade é marcada por indivíduos com propósitos de realizar-se em meio a tantas contradições, requerendo o seu direito de ser diferente; respeitando a sua subjectividade, ao tornar-se sujeito como um meio de debater as regras e defender o seu espaço no cenário social e cultural, pois o sujeito está agrupado pela sua igualdade com outros sujeitos (Touraine, 2006 *apud* Oliveira, 2007, p. 4).

O sujeito pessoal luta contra as formas de vida social que tendem a destruí-lo, contra o tipo de individualismo manipulado pelas motivações dos mercados e dos programas. O indivíduo é

reflectido no contexto da desagregação do eu e da ascensão de um individualismo, de uma autonomia que não está subordinada a nenhum objectivo social ou político. Dessa forma, o indivíduo moderno foge dos determinismos sociais, tornando-se um sujeito produtivo, activo e criativo (Toureine, 2006 *apud* Oliveira, 2007, p. 3).

A ideia do sujeito é despertada pela capacidade de adquirir e de manifestar uma consciência em si auto-fundada, o que possibilita a distinção do sujeito, ou melhor dizendo, da consciência do eu, formada pela interiorização das imagens que os outros têm de “mim”. Os sujeitos necessitam de um conflito para ocorrer uma acção colectiva. E que a consciência do sujeito é composta por três componentes: uma relação a si como portador de direitos fundamentais, um conflito com as forças dominantes que lhe impossibilitam o direito de agir como sujeito e, por fim, cada um como sujeito, propõe certa concepção geral do indivíduo.

Para Touraine (2006) citado por Veronese e Lacerda (2011), o sujeito pode em algum momento ser desviado do seu propósito em questão, ou seja, este sujeito pode ser corrompido pela obsessão da identidade. Alguns problemas são sentidos pelo não direito à diferença. O autoritarismo, a ignorância, o preconceito, o isolamento são obstáculos à produção de si como sujeito. Estes obstáculos fazem com que uma pessoa permaneça na categoria de indivíduo (*idem*). Para o mesmo, o indivíduo passa a ser consagrado de sujeito, quando este, se possibilita a sair da sua zona de conforto, ou melhor, quando passa a ser indivíduo plenamente consciente e começa a participar em debates, lutas, resistência e mais na sociedade, segundo o próprio autor:

“Só nos tornamos plenamente sujeitos quando aceitamos como nosso ideal reconhecer-nos – e fazer-nos. Reconhecer enquanto indivíduos – como seres individuados, que defendem e constroem sua singularidade, e dando, através de nossos actos de resistência, um sentido a nossa existência.” (idem).

A questão do conflito é de extrema importância na consolidação do sujeito. “O sujeito não é um puro exercício de consciência, ele tem a necessidade do conflito para ocorrer a acção colectiva” (*Idem*). Desse modo, a colectividade do grupo assumia o conflito para si de maneira abstracta, como conjunto, sem possibilitar o surgimento do sujeito. A partir do momento em que existe a fragmentação desses grupos, a pulverização das múltiplas possibilidades e a incapacidade de uma identidade ligada unicamente à pertença grupal, o indivíduo antes diluído no grupo torna-se agora uma unidade e, como tal, pode assumir para si o conflito, possibilitando o emergir do seu sujeito. Portanto, a acção gerada nas

manifestações, protesto, debates, etc., faz surgir um sujeito dotado de consciência e autonomia.

O autor fala também da relação do sujeito com os movimentos sociais, importante para entender o nosso trabalho. Para que, ao mesmo tempo, em que o movimento social eleva o sujeito e o seu olhar para além das percepções vigentes, o próprio sujeito converte a sua postura em ganhos e benefícios que fortalecem o movimento. Assim se estabelece uma via de mão dupla que se retroalimenta. O sujeito apresenta-se como aquela propulsão de cada indivíduo, interpelado pelo social, convidado a lutar pelo reconhecimento de si (sua singularidade) como um ser de direitos. Contudo, afirma que, não existe a possibilidade de emergência desse sujeito senão na presença de dois aspectos: a interpelação no indivíduo pelo movimento ou pelo fato social e o exame da consciência individual. Sobre este último, é importante ressaltar que se refere, ao longo da formação de cada indivíduo, ao que não foi ensinado, mas sim reprimido (a repressão à rebeldia, ao confronto, ao embate, a discordância, etc.). Na tentativa de resgatar esse sujeito reprimido pelos modos de subjectivação dominante, é necessário, de alguma forma, o acesso à inconsciência. Desse modo, o movimento social possui a responsabilidade de despertar o sujeito e é justamente nesse ponto que reside a sua força, pois não se trata de um aglutinado de indivíduos massificados, mas sim de um colectivo de pessoas despertas que, naquele momento, se propõem a lutar de forma consciente (*idem*). Estão nos movimentos um colectivo de sujeito dotados de conhecimento e autonomia em relação a si.

Esta teoria será importante para compreender as motivações e acções individuais dos jovens a fim de perceber como os jovens que estão engajados nos movimentos sociais puderam sair da fase de indivíduo inconsciente, para a fase de sujeito político e como a acção de participação tem contribuído para essa mudança.

2.3. Quadro conceptual

Para melhor compreensão da ideia do trabalho, é apresentado alguns conceitos que geram a pesquisa. Partiremos do conceito de participação, a participação política a seguir, o sujeito e sujeito político e por fim os movimentos sociais que se apresentam como facilitadores da consciência dos jovens.

2.3.1. Participação política

Diversificados conceitos de participação política podem ser observados, sendo similares em alguns aspectos. Antes de apresentar os conceitos de participação política é importante iniciar percebendo o que é a participação.

Nas formas mínimas, considera-se participação a exposição voluntária a mensagem política, neste caso se fala da simples presença, diferente da activação que acontece quando um indivíduo se empenha em actos políticos (Della Porta, 2003, p.87). O cidadão aspira participar, assim como participa na família, trabalho, em grupos de amigos, comunidade, etc., o mesmo cidadão pode decidir influenciar a agenda pública, participando nos espaços públicos. A participação está na ordem do dia devido ao descontentamento geral com a marginalização do povo dos assuntos que interessam a todos e são decididos por poucos (Bordenave, 1994).

“A participação política refere-se a toda acção que visa influenciar no quotidiano político de um Estado. Portanto toda acção realizada por um ou mais cidadãos visando impactar na agenda pública é uma forma de participação política. A própria democracia em si depende da participação política para existir” (Abdalla, 2019, p.15). É importante a participação popular para uma boa democracia, pois, essa ferramenta tende a ajudar a solucionar diversos problemas que aflige a sociedade, através da participação nos espaços públicos é possível saber sobre problemas que carecem de resolução (Nicoletti, 2013).

A participação política constitui uma tradição para a democracia. Na terminologia corrente da ciência política, a expressão “participação política” é geralmente usada para designar uma variada série de actividades: o ato do voto, a militância num partido político, a participação em manifestações, a contribuição para uma certa agremiação política, a discussão de acontecimentos políticos, a participação num comício ou numa reunião de seção, o apoio a um determinado candidato no decorrer da campanha eleitoral, a pressão exercida sobre um dirigente político, a difusão de informações políticas e por aí além (Cotta, 1998, p.888). A partir deste conceito é possível observar modalidades de participação política.

Os conceitos apresentados mostram que a participação política é indispensável para uma boa democracia, é através da participação que podemos elucidar os representantes sobre os reais problemas que devem ser resolvidos. Portanto, a participação política é uma actividade necessária numa sociedade democrática.

2.3.1.1. Modalidades de participação política

Borda e Ribeiro (2011) apresentam duas modalidades de participação, nomeadamente: a participação convencional que é aquela ligada a entender as dinâmicas estabelecidas entre eleitores e seus representantes, outra modalidade de participação é a não convencional, que procura entender as relações estabelecidas em outros espaços de participação popular como os movimentos sociais, conselhos, etc., (Nicolletti, 2013).

A participação política convencional pode ser associada as velhas formas de participação nos espaços público, são participações tradicionais nos espaços institucionalizados geralmente. Estas formas de participação podem ser e são segundo Della Porta (2003, p.87) efectuadas do seguinte modo: expor-se a solicitações políticas; votar; entabular uma discussão política; tentar convencer alguém de votar em determinado modo; usar um distintivo político; ter contacto com um funcionário ou dirigente político; fazer ofertas em dinheiro a um partido ou candidato; assistir a um comício ou assembleia política; dedicar tempo a uma campanha política; tornar-se membro activo de um partido político; Participar em reuniões onde se tomam decisões políticas; solicitar contribuições em dinheiro para causas políticas; candidatar-se a um cargo electivo; ocupar cargos políticos entre outros.

Diferente das velhas formas de participação política, vem-se desenvolvendo uma nova forma de participação política a “não-convencional”, ou seja, aquela promovida via movimentos sociais e, posteriormente, via sociedade. Portanto, não intermediada por partidos e não experimentada nas instituições tradicionais da democracia representativa. Entretanto, a produção mais recente vem apontando para a necessidade de iluminar essas formas, ou seja, vem alertando para que algumas modalidades de envolvimento político, vistas como participação, seriam mais satisfatoriamente explicadas se entendidas como uma nova forma de representação política (Almeida, 2018). As novas formas de participação política podem ser cometidas segundo Della Porta (2003, p. 92) da seguinte forma: escrever a um jornal; aderir a um boicote; auto-reduzir impostos ou rendas; ocupar edifícios; bloquear o trânsito; assinar uma petição; fazer um sit-in; participar numa greve; tomar parte em manifestações; bens materiais; utilizar violência contra pessoas entre outras formas. Para Silva (2007) “as modalidades não-convencionais assumem centralidade, pois se identificam com as identidades múltiplas da juventude contemporânea”.

2.3.2. Sujeito político

Se a construção da identidade é uma condição prévia da acção colectiva, então, constitui ao mesmo tempo, um seu produto. Com efeito, a própria participação transforma as identidades dos indivíduos (Della Porta, p.97). A política do reconhecimento propõe o reconhecimento universal das identidades singulares pela via da diferença, atrelando uma noção de cidadania para além do reconhecimento de igualdades, pautada no respeito à diferença, apontando para o carácter dialógico entre identidade e reconhecimento para formação do sujeito, que ocorre na interacção com o outro em contextos linguísticos, sejam sujeitos individuais ou colectivos. Nessa perspectiva, “o sujeito político é aquele que, reconhecido em sua diferença e singularidade, exerce sua participação cidadã em contextos públicos na defesa de direitos, das particularidades das diferenças culturais e de minorias” (Silveira e Stralen, 2017 p.945).

Pensar num sujeito político, significa pensar em um indivíduo com capacidade de intervir politicamente. Suas acções são praticadas no sentido de participar e interferir nos caminhos do meio em que está inserido. Podemos entender que o sujeito político se forma quando se põe em prática a cidadania, ou seja, quando se tem acesso pleno aos direitos civis, políticos e sociais. No entanto, a efectivação e garantia da cidadania se revela um desafio em que é preciso lutar. Dentro dessa perspectiva entendo o sujeito político no nível da acção. Ou seja, é um sujeito (que pode ser uma colectividade) que se agrega em torno de uma identificação política (a identidade nesse caso aparece como importante elemento aglutinador) e que se organiza de modo a empreender acções que garantam a satisfação de suas demandas. O sujeito político se forma no bojo dos anseios dessa colectividade que se move e se organiza e age no sentido de fazer acontecer, de tornar palpável o resultado de suas lutas (Sabino, 2018, p. 20).

Ainda para este último autor, o sujeito político é pensado no nível da acção política, onde esse sujeito, mediante as formas de engajamento, se organiza e age no sentido de lutar para que suas demandas sejam satisfeitas e seus direitos sejam reconhecidos e garantidos. É a partir deste conceito que o nosso trabalho irá guiar-se, o sujeito olha a organização como um meio para chegar a um fim desejado.

Estes conceitos demonstram e fazem entender que, o sujeito político é aquele que percebe o que está errado, procura mostrar o que está errado através das suas acções, a fim de obter

solução para o que está errado. O sujeito político é aquele que reconhece seus direitos como cidadão e com sua acção na busca ter resultados satisfatório.

2.3.3. Movimentos sociais

Os movimentos são tidos como caminho para a construção do sujeito político, os mesmos são geralmente compostos por redes de grupos e activistas, com uma identidade emergente, usando inúmeros formas não convencionais de participação e de protesto (Fontes, 2016, p.225).

Os Movimentos sociais acentos sobre a existência de tensões na sociedade, a identificação de uma mudança, a comprovação da passagem de um estágio de integração a outro através de transformações de algum modo induzidas pelos comportamentos colectivos, são elementos comuns de definição (Pasquino, 1998, p.787).

Os movimentos sociais como “processo de acções colectivas em consonância com objectivos claramente definidos por um determinado grupo social que o protagoniza e luta contra relações sociais adversas, utilizando-se de sua força social para assegurar ou conquistar suas demandas” (Lins, 2016, p. 21).

Por outra, Schreiner (2017) cimenta que o movimento pode ser definido como uma conduta precisa que adopta diferentes formas e estratégias para reivindicar seus direitos, seguindo por meio de mobilizações, marchas, passeatas e mais. Os movimentos sociais tendem a criar mudanças ou manter a ordem social.

Diante dos conceitos apresentados sobre os movimentos sociais, é possível compreender que os indivíduos que compõe os mesmos, buscam reivindicar através do anseio e ideologia do movimento, são indivíduos que se identificam com um grupo e constrói seu “Eu” consoante a ideologia do movimento pela qual pertencem.

CAPÍTULO III

3. METODOLOGIA

Nesta parte do trabalho, apresenta-se a metodologia de forma detalhada, na qual gerou o nosso estudo, onde mostraremos os métodos de pesquisa, os procedimentos técnicos, as técnicas de recolha de dados, o grupo alvo, os critérios de escolha dos participantes, os princípios éticos observados e os constrangimentos enfrentados na pesquisa, pela qual a pesquisa se socorreu.

3.1. Método de pesquisa

Este trabalho partiu de uma abordagem de pesquisa qualitativa. A pesquisa qualitativa observa, analisa e interpreta os dados com base numa visão psicossocial, admitindo que exista uma relação entre o sujeito e a realidade, ou seja, entre a subjectividade e o mundo objectivo que apenas números não conseguem responder as principais questões. Então, é na análise dos fenômenos sociais e sua interpretação que se fundamenta o método qualitativo (Almeida, 2021, p.23).

Esta abordagem permitiu-nos entender como se dá a construção do sujeito político olhando para as novas formas de participação política, e compreender os benefícios que os jovens têm tido com estas formas de participação política, tidas ou feitas nos espaços dos movimentos sociais.

3.2. Técnicas de recolha de dados

Para levantamento de dados este estudo harmonizou a pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas.

Para a pesquisa bibliográfica que é aquela que se realiza a partir do registo disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses, etc. este trabalho fez referência a pesquisa bibliográfica, utilizou-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores (Severino, 2013, p. 95). A pesquisa bibliográfica neste trabalho consistiu na consulta de livros, artigos científicos e teses que discutem o assunto em torno da participação política não convencional, assim como, sobre o sujeito.

Na pesquisa documental a colecta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias (fotografias, legislações, mapas, etc.). Estas podem ser feitas no momento em que o facto ou fenómeno ocorre, ou depois (Lakatos e Marconi, 2003, p. 174). Para a pesquisa documental foram consultadas as fontes primárias que ressaltam a Constituição da República de Moçambique no seu artigo 51.

No que diz respeito as entrevista, esta que é uma técnica de colecta de informações, directamente solicitadas aos sujeitos pesquisados. Trata-se, portanto, de uma interacção entre pesquisador e pesquisado. Muito utilizada nas pesquisas da área das Ciências Humanas. O pesquisador visa apreender o que os sujeitos pensam, sabem, representam, fazem e argumentam (Severino, 2013, p. 97). O tipo de entrevistas que adoptamos é a semiestruturada, que permitiu maior interacção com os entrevistados e possibilitou que tivessem maior liberdade de expor suas opiniões ou percepção sobre o tema em questão.

Desta feita, estabelecemos contacto com jovens engajados no Movimento activista de Moçambique (MAM) e no Observatório das mulheres (OM). A escolha dos movimentos deu-se pela observação de algumas acções lideradas pelo MAM e o OM, estes que são espaços abertos a todo tipo de ideia e assunto. O MAM por sua vez trata de diversos assuntos e reúne jovens que possuem interesses e ideologias diversificadas, funciona como uma espécie de mobilização social de jovens. Salve o OM que tem em si uma rede de jovens mulheres e lideres que reúnem diversas jovens que lutam pelos direitos das mulheres.

3.3. Amostra e Grupo alvo

A amostragem desta pesquisa é definida por intencional ou por tipicidade. Este tipo de pesquisa também constitui um tipo de amostragem não probabilística e consiste em seleccionar um subgrupo da população que, com base nas informações disponíveis, possa ser considerado representativo de toda a população. Entretanto, requer considerável conhecimento da população e do subgrupo seleccionado (Gil, 2008).

O nosso grupo alvo são os jovens que estão engajados em pelo menos (01) um movimento social da cidade de Maputo. Foi intencional a escolha dos movimentos (Movimento Activista de Moçambique e o Observatório das Mulheres) e do número dos jovens entrevistados, visto que, os mesmos respondiam aos requisitos exigidos na pesquisa e a informação fornecida pelos mesmos, foi mais que suficiente para nosso estudo.

3.4. Critério de escolha dos participantes: Inclusão e Exclusão

Para o critério de inclusão, os participantes devem: ser jovem do sexo feminino ou masculino; engajado em pelo menos (01) um dos movimentos sociais localizados na Cidade Maputo e activo em acções dos movimentos que esteja engajado.

No que diz respeito ao critério de exclusão, não pode participar deste estudo: Jovens que não estejam engajados em nenhum movimento social da Cidade de Maputo; Que nunca tenham participado em movimentos sociais ou que já, porém, deixaram de participar e que mesmo engajados não sejam activos.

3.5. Técnica de análise de dados

A análise de dados decorreu com sustentação da técnica de análise de conteúdo que compreende uma ferramenta de pesquisa científica baseada em procedimentos sistemáticos, intersubjectivamente validados e públicos para criar inferências válidas sobre determinados conteúdos verbais, visuais ou escritos, buscando descrever, quantificar ou interpretar certo fenómeno em termos de seus significados, intenções, consequências ou contextos (Sampaio e Lycarião, 2021). Esta técnica foi utilizada para fazer a análise das declarações colhidas por intermédio dos entrevistados, assim com, as aceções provindo das mensagens dos constituintes, posto que as entrevistas estavam em formato áudio, fez-se inicialmente a transcrição devida das mesmas, a seguir a categorização e por último uma análise.

3.6. Princípios éticos observados

Quando se realizou as entrevistas, alguns princípios éticos foram observados. No que refere questões éticas do nosso trabalho, solicitou-se autorização para gravação das entrevistas no momento da recolha de dados, neste caso, tivemos em conta o consentimento informado, na qual estava patente tudo que pudesse garantir a confidencialidade, o anonimato e a garantia de privacidade dos entrevistados. E para garantir que ninguém mais tenha acesso aos áudios autorizados na entrevista, os mesmos foram apagados após o seu uso no trabalho em questão. As entrevistas foram feitas em horários e local de escolha dos entrevistados. Para preservar o nome dos entrevistados na análise dos dados usou-se nomes fictícios (Branquinho, Floquinho, Pretinha, Bimbi, Pitche e Deni) para garantir o respeito ao acordo patente do consentimento informado.

3.7. Constrangimentos enfrentados na pesquisa

No processo de busca dos dados, tivemos alguns constrangimentos, desde a busca pela literatura até no processo de recolha de dados. O primeiro constrangimento deve-se à fraca existência de literatura que aborda sobre o tema de participação não convencional e, por outro lado, alguns livros não estão disponíveis nas bibliotecas locais, apenas podem ser encontrados a venda na internet a preços altos, o que obrigou a usar interpretações de outros autores que tenham mencionado. Tinha-se previsto entrevistar (15) quinze jovens, dos quais estariam repartidos em (03) três movimentos sociais da cidade de Maputo, mas houve dificuldade em obter respostas dos jovens de (01) um movimento conjecturado, o que obrigou-nos a trabalhar com jovens de (02) dois movimentos. O número a alcançar era (10) dez entrevistados, o que tivemos muita dificuldade para realizar o encontro nos horários e datas marcadas e esse constrangimento ocorreu em quase todas entrevistas, o que obrigou a remarcar e fazer algumas entrevistas nas altas horas do dia. De (10) dez previstas foram feitas (08) oito entrevistas e consideradas (06) seis, o que foi mais que suficiente para o nosso trabalho.

CAPÍTULO IV

4. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Neste capítulo, expõe-se os dados considerados relevantes obtidos durante o trabalho de campo, consequentemente estes dados são interpretados a partir da literatura e na sua maioria do quadro teórico e conceptual apresentado acima.

Os dados estão organizados de maneira seguinte: numa primeira fase apresenta-se o perfil sociodemográfico dos participantes, subsequentemente traz-se as motivações, aspiração e conquistas que os jovens tiveram para o engajamento nos movimentos sociais; os tipos e formas de participação não convencional adoptados pelos jovens em movimentos sociais; implicações da participação política não convencional na construção do sujeito político jovem; e por fim a contribuição da participação política não-convencional na construção do “sujeito político” dos jovens engajados em movimentos sociais.

4.1. Perfil sociodemográfico dos jovens engajados nos movimentos sociais

Neste estudo foram entrevistados um total de (06) seis jovens, dos quais, (03) três são do sexo Masculino e (03) três do sexo Feminino, com idades que variam de 22 a 30 anos. (04) Quatro dos entrevistados têm a sua residência localizada na Cidade de Maputo (Lhanguene, Bairro de Hulene, Polana Caniço B, Mahotas), e (02) Dois na Província de Maputo. Os níveis de escolaridade variam entre médio para (04) Quatros dos entrevistados (03) três deles encontram-se no ensino superior, designadamente (02) dois estão a finalizar o curso Direito e outro entrevistado encontra-se a finalizar o curso de Geografia e os restantes (02) dois possuem licenciatura (em Geografia e Ensino de História).

Quanto a profissão, os nossos entrevistados são todos activistas e/ou defensores e alguns são pesquisadores e escritores, assim como têm outras profissões longe dos movimentos sociais como professor, geográfico e docente. No que diz respeito a religião, os nossos entrevistados são na sua maioria cristãos e apenas um profere a religião muçulmana. Não procuramos saber sobre a proveniência cultural ou ética.

Na amostra escolhida apenas (01) um dos entrevistados encontra-se casado, apenas (01) um alguns moram maritalmente. Todos os entrevistados fazem parte de pelo menos (01) um movimento social localizado na cidade de Maputo, embora alguns estejam engajados em

mais de (01) um movimento, os anos referente ao tempo do seu engajamento, varia em torno de (03) três a (07) sete anos.

Resumindo, pode-se afirmar que os entrevistados são todos jovens, solteiros e os mesmos possuem o nível médio e nível superior de escolaridade. Todos os jovens entrevistados são na sua maioria activistas e/ou defensores de uma causa e possuem certas habilidade e trabalho manifestados nos movimentos sociais na qual estão inseridos, e a maioria dos jovens possui outra profissão não ligadas a movimentos sociais.

4.2. Motivações, aspirações e as conquistas dos Jovens engajados nos movimentossociais

Neste subcapítulo irá se apresentar elementos inerentes as motivações que levaram os jovens entrevistados a participar e manter-se em um M.S. Existem diversidades nas aspirações e motivações dos jovens que estão engajados em M.S e adiante procura-se saber das suas aspirações dentro destes movimentos que os fazem tomar a acção e participar nos espaços públicos concretamente em protestos, manifestações, marchas, etc., o que é de lei e está patente na Constituição da República de Moçambique no seu artigo 51.

4.2.1. Motivações dos Jovens para o engajamento

As motivações dos jovens para o seu engajamento num grupo social são inerentemente particulares, muito deles precisam passar por um acontecimento que os marca e os instigam a participar. Nesta pesquisa verificou-se diversificada motivações dos entrevistados para sua participação em movimentos sociais.

A maioria dos entrevistados passara por acontecimentos marcantes antes de decidir engajar-se a um movimento social e apenas (01) um deles afirmou que foi ao acaso o seu engajamento, não existindo assim, uma motivação marcante, segundo o mesmo jovem “*A princípio não houve uma motivação, eu era um dos melhores da escola, então recebemos o parlamento juvenil na nossa escola que precisou de alguns de nos no seu espaço e quando dei por mim já estava a participar em muitos movimentos sociais*” (Branquinho, 23 anos). Para Touraine (2016) citado por Veronese e Lacerda (2011) não existe a possibilidade de emergência desse sujeito senão na presença de dois aspectos: a interpelação no indivíduo pelo movimento ou pelo fato social e o exame da consciência individual.

Neste caso em particular houve interpelação de um movimento ao indivíduo e, assim começou a compreender melhor sobre os M.S e, então decidiu por si só continuar no mesmo até passar para outro em que faz parte hoje.

Para o caso da maioria, as suas motivações vêm da consciência individual, que acontecerá mediante a acontecimentos marcantes do decorrer das suas vidas, em entrevista 1 (um) dos jovens afirmou ter duas motivações na qual chamou intrínseca e extrínseca.

Posso dizer que tive duas motivações que poderei chamar de intrínseca e extrínseca (...), a primeira que em debate uma vez conheci uma figura chamada Quitéria Guirengane e me apaixonei por ela e sua intervenção (...), então decidi acompanhar o seu trabalho e saber mais sobre (...) outra motivação que chamarei de extrínseca é pelo facto de tentar fazer amigos aqui na cidade de Maputo e conheci nesse meio muitas pessoas com mentes diferentes e isso que me motiva até hoje (...) conhecer pessoas que trabalham e defendem algo similar (Floquinho, 30 ano).

As motivações vindas daquilo que Touraine chamou consciência individual, levam a jovens ao seu mais profundo desejo e propósito de vida. Podemos assim dizer, que estas motivações idealizam ser uma chama interna dentro do indivíduo que, de certo modo, o fomenta a agir rumo ao seu objectivo. Um dos entrevistados declarou que “*minha profunda motivação está no meu objectivo de tornar-me advogada e advogar sobre as causas relacionadas com género, fazer a promoção dos direitos humanos do meu País, posso chamar isso de motivação porque o que eu aspiro no movimento na qual estou inserida é conhecimento*” (Pretinha, 22 anos).

Podemos observar nos depoimentos acima expostos que, a motivação dos jovens é geralmente vinda de dois aspectos, aspectos inerente a interpelação do movimento e aspecto da consciência individual que configura ser de maior abrangência a nível dos nossos entrevistados.

4.2.2. Aspirações e conquistas dos jovens nos movimentos sociais

Os jovens são a camada social mais activa e susceptível a buscar a auto-realização. Para Rabat (2002) os jovens encontram-se, por definição, em momento de transição na vida pessoal, portanto, abertos a várias alternativas que os traga satisfação na fase adulta.

Na transição para a fase adulta é imprescindível ter aspirações, os jovens entrevistados mostraram ter anseios para as suas vidas futuras, e alguns mostraram que o movimento na qual faz parte tem proporcionado algumas realizações que já foram aspirações, um dos jovens entrevistados afirmou *“já faço o que gosto, o activismo, era uma das minhas aspirações que consegui realizar com a ajuda do meu movimento, mas, aspirações ainda existem, pretendo crescer na área do activismo e conseguir ajudar mulheres vítimas de violência baseada no género”* (Floquinho, 30 anos). Neste depoimento podemos ver que o questionado alcançou o que aspirava, e anseia aperfeiçoar e acrescentar algo significativo aos seus feitos, o mesmo aconteceu com outro jovem entrevistado que declarou *“pretendo ganhar mais experiência na área política não simplesmente social (...) já trabalho com essa área, porém, anseio crescer ainda mais na mesma (Deni, 26 anos)”*.

Alguns entrevistados mostram que as suas aspirações são concretamente futuras e apenas um dos entrevistados mostrou que a sua aspiração tem motivações económicas. Para Biza (2009) existem motivações referentes as condições económicas em alguns e para alguns jovens engajarem-se numa associação representa uma oportunidade de encontrar um emprego e/ou lutar contra o desemprego que afecta esta categoria social, referente a dificuldade que tem no mercado do trabalho, e os M.S acabam sendo uma alternativa para estes. Em depoimento, um dos jovens entrevistados afirmou:

“No movimento em que estou, temos actividades em parcerias com outras organizações nacionais, bem como internacionais, com actividades que temos feitos com as mesmas, tenho a certeza que consigo realizar o que aspiro para minha vida e tenho certeza que lá irei conseguir crescer a nível profissional e ser grande em uma organização, o meu objectivo é trabalhar numa organização que possa conseguir ajudar com a inclusão social, e com a preservação do meio ambiente” (Pitche, 28 anos).

A maioria dos jovens colocou as suas aspirações relacionadas aos objectivos pessoais, um deles declarou *“minha aspiração é socializar-me e conhecer pessoas para eventualmente existir entre ambos troca de experiência”* (Floquinho, 30 anos), outros entrevistados mostraram que a sua aspiração está igualmente relacionada a objectivos pessoais.

Os movimentos sociais são considerados como atores que auxiliam de modo pertinente na construção real e simbólica de um paradigma político centrado na cultura participativa

(Lucas, 2006). Mesmo que os movimentos sociais carreguem o rótulo de informais e promovam a participação política, estes proporcionam oportunidades não só da acção política, mas também, criam oportunidades que a transcendem.

Os nossos entrevistados declararam desfrutar de conquistas proporcionadas pelos movimentos na qual estão engajados e alguns deles afirmaram conseguir mais muito mais com os mesmos.

No movimento em que estou (...), são 3 na verdade, consegui muita coisa, e quero afirmar que ainda irei conseguir varias coisas, consegui vencer o medo em público, consegui socializar-me e essa dinâmica de se envolver com diferentes pessoas para trabalhar em um assunto que é de interesse de todos, é algo que me dá mais animo e já não consigo viver sem essas dinâmicas, (...) espero sempre com ansiedade para que esses dias cheguem (...). No movimento que estou já consegui um trabalho, consegui relacionar-me melhor com as pessoas e mais importante, consegui transmitir meus conhecimento e ideias que são validadas e aperfeiçoadas as vezes, e mesmo sendo aperfeiçoadas não perco minha autoria na ideia (Bimbi, 26 anos).

Muita coisa o movimento me proporcionou, uma delas é exactamente a defesa dos direitos humanos, na verdade foram várias mesmo, e um dos principais focos do meu movimento está na defesa dos direitos humanos de grupos vulneráveis, e tudo que tenho aprendido lá tem de certo modo contribuído de forma positiva para que eu possa alcançar os objectivos pessoais e profissionais que tracei para a minha vida (Pretinha, 22 anos).

Os entrevistados mostraram que os M.S na qual estão integrados têm os proporcionados de versas conquista que tem transformado as suas vidas, e de certo modo esses os mesmos funcionam como meio-facilitador para as suas vidas.

Para Touraine na tentativa de resgatar o sujeito reprimido pelos modos de subjectivação dominante, é necessário, de alguma forma, o acesso à inconsciência. Desse modo, o movimento social possui a responsabilidade de despertar o sujeito e é justamente nesse ponto que reside a sua força, pois não se trata de um aglutinado de indivíduos massificados, mas sim de um colectivo de pessoas despertas que, naquele momento, se propõem a lutar de forma consciente (Veronese e Lacerda, 2011). Neste sentido fazem parte dos M.S um colectivo de sujeito dotados de conhecimento e autonomia em relação a si, e estes colectivos

possui aspirações similares quando se refere a ideologia do movimento integrado, mas também, de certo modo divergem em anseio pessoais dentro do espaço, e alguns dos entrevistados puderam expressar conseguir algo com o seu envolvimento.

4.3. Explorando a participação política não convencional em seus tipos e formas e os obstáculos enfrentados pelos jovens

O subcapítulo em alusão inicialmente apresenta a concepção dos jovens sobre a participação política não convencional, a posterior, os tipos e formas de participação não convencional adoptados pelos jovens e por fim os obstáculos por eles enfrentados.

4.3.1. Concepção dos jovens sobre Participação não convencional

As novas formas de participação política (a participação não convencional)¹ São reconhecidas como diferentes quando se trata das formas tradicionais de envolvimento político, esta última é vinculada ao envolvimento em partidos políticos ou ao indivíduo que está engajado nos espaços ligados ao partido, que manifesta um desejo em ocupar ou busca ocupar um cargo político, que ou mais ainda se envolvem em actos eleitorais, como por meio do voto.² É também considerada participação política toda acção ligada aos movimentos sociais, o envolvimento dos jovens nos M.S são considerados reinvenções nos modos de participação (Mendonça, correio e Correio, 2016).

Os jovens participam nos espaços dos M.S de diversas maneiras, estas instituições proporcionam aos jovens várias dinâmicas onde, de certo modo, estes podem participar expondo as suas ideias ou apoiar a mesma. As dinâmicas oferecidas pelos M.S proporcionam conhecimento e garante a participação da maioria interessada. Para Hall e Taylor (2003) a relação que liga o indivíduo e a instituição repousa, portanto, sobre uma espécie de “raciocínio prático” (agir com base no conhecimento ou experiência) pelo qual, para estabelecer uma linha de acção, o indivíduo utiliza os modelos institucionais disponíveis ao mesmo tempo que os confecciona.

¹ A participação não convencional pode ser associada como a acção ou acto de acção política não ligada as instituições politicamente organizadas.

² O voto é associado as formas de participação política tradicional, mas também, é um exercício de cidadania que constitui ser um direito a todos cidadãos, mesmo aqueles que não fazem parte dos partidos políticos, então, até mesmo os que participam de forma não convencional têm ou possui o mesmo direito.

Os teóricos do institucionalismo sociológico sustentam que, uma vez confrontado com uma situação, o indivíduo deve encontrar um meio de identificá-la e de reagir-lhe, e que os cenários ou modelos inerentes ao mundo da instituição oferecem-lhes, os meios de resolver uma e outra dessas tarefas, não raro relativamente simultâneo (*idem*).

Para os jovens entrevistados, quando uma das vantagens de participar nos meios não convencionais é a liberdade de expor as suas ideias sem interferências, estes ainda afirmaram que dependendo da ideologia do seu movimento, não existe nenhuma restrição para exposição do seu ideal ou do seu desejo em participar de outro espaço de ideias que não seja apenas aquele onde esta firmada, alguns destes jovens têm-se engajado em mais de um movimento, e não sofrem represálias por isso, o que permite em alguns firmar o seu “eu”.

Eu acho que participar não convencionalmente é melhor, isto porque, sabemos nos que existe uma restrição na participação convencional, se eu estivesse filiado a um partido político, teria restrição, simplesmente poderia apenas pensar de acordo com a ideologia do próprio partido (...). Tenho visto nas televisões pessoas que estão filiados no partido defendendo mesmos ideais, não é errado, mais é muito repetitivo, não existe inovação algo que sempre tem nos movimentos, mesmo que isso não esteja patente nas normas, sempre a espaço para ajustar coisas boas que cativam a nos e a sociedade no geral, se a ideia é atingir a todos os movimentos fazem muito bem (Deni, 26anos).

Este relato demonstra uma certa restrição de pensamento em participar nos meios convencionais, outro entrevistado abordou na mesma linha de condição que “*Já participei de forma convencional, foi o meio início, como não sabia como era participar informalmente achei normal ter aquelas regras para salvaguardar o partido na qual estava engajado*” (Branquinho, 23 anos) questionado quais regras tinham no meio em fazia parte, o mesmo declarou “*simplesmente era algo que diziam para salvaguardar o bom nome do partido, e olha que a ideias eram muito boas que até poderiam aumentar e fazer melhor o bom nome do partido (...), mas sempre havia um “stop” faça isso e não o que queres, somos um grupo não um indivíduo*” (*idem*).

Existe ainda jovens que afirmam, não se ver em outra forma de participação, outros afirmaram ter restrição em formas de participação convencional, de certo modo, essas limitações os fazem olhar a participação não convencional como sendo uma alternativa

melhor. Alguns jovens conseguem participar em mais de um M.S sem restrição de outros, que divergem de ideologia.

Eu participo de forma não convencional em 3 movimentos, (...), neste movimento eu defendo os direitos humanos, nos outros defendo a sustentabilidade do meio ambiente e em mais um outro defendo e trabalho com a defesa da democracia participativa, consigo fazer isso e amo muito, e não me canso, porque é algo que gosto de fazer, sabes, foi a melhor decisão que tomei. Não tenho de nenhuma forma restrição para participar destes todos, os grupos sabem e super apoiam, tem alguns que participam em mais de 3, até dá uma certa inveja, inveja boa, aquela inveja no sentido de que, sim eu também quero, estes tipo de trabalho é mais humano do que de angariação económica. (Bimbi, 26 anos).

A forma não convencional de certo modo veio ajudar muitas pessoas que encontram restrição nas formas contrarias a essas, participar de forma não convencional de certo modo existe nela uma certa liberdade que é transmitida dentro de nós, e no movimento em que estou não restringem nada o que penso, e sabes eu tenho muita ideia contrária que é considerada e respeitada, aquilo é harmonia e vê que participo em 2 movimentos que defendem ideias diferentes, cheguei a desconfiar no início, porque fui lá com uma certa ideia, de que se o movimento é feminista não posso defender o meio ambiente, apenas a igualdade de género ou mesmo só as mulheres, mas não é nada disso que vejo (...), posso lá defender lá o meio ambiente, o direito dos trabalhadores o movimento abre espaço para isso e mais assuntos ligados a área diversificadas, não existe nenhuma restrição (Floquinho, 30 anos).

Todos os entrevistados relataram não ter nenhuma restrição em participar nos espaços dos M.S. Em depoimento, alguns jovens relataram acreditar haver restringência na participação convencional e, outros afirmaram ter participado inicialmente de formas tradicionais o que naquele espaço formal deparara com existia de regras das quais era preciso passar por uma aprovação antes de expor ao partido na qual estavam integrados.

Alguns declararam participar de mais de um movimento que possuem ideais diferentes, e não existe nenhuma limitação por conta disso, todos os jovens são unânimes em afirmar que a participação não convencional é a melhor forma de participar politicamente, porque existe

uma certa liberdade da qual não teria se estivesse a participar em formas convencionais de participação.

4.3.2. Tipos e formas adoptadas pelos jovens

O que podemos observar dos jovens, é que existe uma preferência em acções geradas nos M.S que se adapta a tipos, e formas que se molda a maneira como essa acção é feita. As acções vão desde manifestações a acções de consciencialização, estes que apresentam-se como tipos de participação não convencional e algumas formas de participação adoptadas estão entre ocupação de espaços públicos, arte de activista ou mesmoo activismo até mesmo escrever no jornal entre outras.

No movimento que faço parte gosto de participar em debates para poder expressar aquilo que é minha opinião em um assunto, gosto também de participar em marchas, ocupar ao espaços públicos é sempre bom, sinto me livre, mesmo participando de modo não convencional, uso medidas convencionais de mobilização como fazer mobilizações nas redes sociais petições manifestações e protestos pacíficos, fazemos também encontros de workshops com políticos e podemos lá falar o que pensamos para estes decisores, e é algo que sempre espero (Pretinha, 22 anos).

Neste depoimento podemos perceber que o mesmo jovem tem usado as formar de ocupação nos espaços públicos para fazer a acção de transmitir a sua opinião e marchar. O mesmo jovem afirmou usar medidas convencionais de mobilização, estas que são e podem ser usadas nos espaços de participação não convencional. As medidas convencionais de mobilização são actos ou formas usadas no contexto de proporcionar o envolvimento de muitos em uma terminada acção, podendo ser campanhas sociais até mesmo manifestações.

Eu participo em diversas coisas e em diversas coisas e várias coisas mesmo, falo de activismo, ocupação em espaços públicos, escrever no jornal a melhor coisa até então, ver que minha opinião está sendo divulgada é muito bom (...), mas também tenho participado em debates na qual estão lá figuras de nome, temos feito petições e eu assino petições e também participo em protestos, marchas etc., são várias coisas mesmo, faço parte dos movimentos sociais à 7 anos e já participei de muita coisa (Branquinho, 23 anos).

Participo não convencionalmente através de debates políticos nas redes e nas mídias, assino petições, activismo, participo em marchas realizadas não somente pelo movimento em que estou, mas também em outros movimentos e organizações parceiros ou não, se a causa me atiza, não penso duas vezes, sou consciente quem pode buscar a mudança somos nós os jovens de Moçambique, e uma das formas de mostrar isso é participando em tudo que envolve a nós e a todos (Deni, 26 anos)

As formas de participação não convencional geralmente usadas pelos entrevistados é o activismo, todos entrevistados são activistas e fazem divulgação do seu trabalho nas mídias tradicionais e também sociais, um dos questionados alegou fazer divulgação do seu trabalho “faço activismo e divulgação do que eu defendo nas mídias, e penso que consigo transmitir meu conhecimento não só nos grupos sociais que estou, mas também para outras pessoas em casa, nas ruas ou trabalho” (Floquinho, 30 anos). As mídias constituem, também, um mecanismo de participação que permite com que os jovens (sujeitos de conhecimento) façam divulgação do seu pensamento e trabalho como activistas e defensores das causas sociais, como forma de fazer conhecer a sociedade sobre diversos assuntos que os mesmos têm conhecimento.

Tenho participado usado mais o activismo (...), participo nas televisões, rádios e faço por vezes lives para o público nas redes sociais, nestas plataformas tenho feito conhecer ao público seus direitos muitas vezes negados, mostro que é possível exigir, e umas formas que faço isso é transmitido esse conhecimento e com a ajuda do meu movimento e sua rede social que tem muitos seguidores consideráveis, consigo transmitir esse conhecimento (Pitche, 28 anos)

Para Touraine (2006) citado por Veronese e Lacerda (2011) o sujeito apresenta-se como aquela propulsão de cada indivíduo, interpelado pelo social, convidado a lutar pelo reconhecimento de si (sua singularidade) como um ser de direitos. Este ser de direito muitas vezes necessita de conhecimento, existe um discurso que afirma que a população moçambicana na sua maioria não reconhece a si como sujeito de direito, com o activismo os jovens participam nas mídias para divulgar direitos e deveres que muitos não têm conhecimento, então com o reconhecimento de si muitos são tendencialmente convidados a lutar pelo seu reconhecimento.

4.3.3. Obstáculos enfrentados com a participação política não convencional

Referentes aos obstáculos³ enfrentados ao participar politicamente por meios informais, a maioria dos entrevistados mostrara similaridade nos seus depoimentos, parece existir um meio-termo neste assunto, mas também recolhemos declarações divergentes da maioria, isto é, a minoria não mostrou concordância.

Os entrevistados que mostraram concordância afirmaram ter o mesmo obstáculo “a intervenção da polícia nas suas acções, mesmo sendo elas pacíficas”.

Vou falar aqui das representações que eu tenho assistido e presenciado por parte do estado, ainda que nossa intenção seja marchar pacificamente, deparamo-nos com vários empecilhos, quer seja sempre uma resposta violenta ou armada por parte da polícia nacional (...), que faz-me por vezes sentir-me reprimido(a). Eu me sinto em repreensão a realizar actos como greves, manifestação ocupando os espaços públicos, não só pela polícia, mas também pelos órgãos nacionais, mas mesmo com esses obstáculos perpetrados por esses, nos iremos continuar a exigir os nossos direitos que estão sendo ofuscados (Pretinha, 22 anos).

Um dos desafios enfrentados e tivemos uma observação neste ano é a polícia (...). Muitas vezes a nossa polícia não conhece a lei e não há respeito pelas formas não convencionais de participação como a marcha, ocupação dos espaços públicos, são direitos consagrados na Constituição da República de Moçambique, mas que muitas vezes a polícia tem-nos boicotado, então, este é um dos principais obstáculos, a lei existe, mas, não é aplicada (...) continuamos avante até sejam ouvidos e respeitados os nossos direitos (Branquinho, 23 anos).

O sujeito pessoal luta contra as formas de vida social que tendem a destruí-lo Touraine (2006) *apud* Oliveira, (2007). Os jovens buscam garantir melhores condições para as suas vidas, para os mesmo participar nos espaços públicos, seriam uma forma de instigação para melhoria da qualidade de vida. Assim sendo, os indivíduos em depoimento afirmaram continuar contra as formas de vida social impostas aos menos e em declaração, afirmaram continuar com práticas legais instituídas pela constituição, sendo as mesmas um direito a ser exercido, mas, impedido por agentes da polícia nacional.

³ Os obstáculos são diferentes das restrições. As restrições são limitações impostas em acções e comportamento, enquanto os obstáculos são as barreiras que impedem a concretização de algo.

Alguns jovens expressaram diferenças nos obstáculos. Um dos jovens entrevistados declarou existir um obstáculo pessoal “*Meu obstáculo, acredito que seja meu nível académico, sinto que falta mais algo, talvez um mestrado ou licenciatura (...), não vejo outro, o meu movimento proporciona facilidades*” (Deni, 26 anos).

Outro jovem questionado sobre obstáculos que tem enfrentado usando meios não formais de participação, considerou ser um problema geral para quem se abdica de meios convencionais de participação política, o mesmo jovem afirmou o seguinte:

Para mim o único desafio é o emprego, falo isso porque quando tu não se filias no partido difícil fica para ti o mercado do trabalho no Estado de Moçambique, eu trabalho sempre com a sociedade civil, e em organizações que não é necessário apresentar minha filiação partidária para obter emprego (...). Creio ser um obstáculo, normalmente quem participa dos movimentos sociais não cai bem no mercado, já eis reconhecido como inimigo, hoje em dia é assim, se fazes parte do movimento social eis inimigo do governo (...) pois bem, parece ser uma regra incutida naqueles que recebem os CVs, (Pitche, 28 anos).

Como podemos observar na declaração acima, é desta forma que o jovem considera condição para aceitação no mercado de trabalho. Para este jovem, esta condição, mesmo não estando patente, é um obstáculo, pois, se um jovem abdica dos meios políticos convencionais, tendencialmente terá dificuldade no mercado de trabalho.

Podemos ver nesta parte do trabalho, com depoimentos dos entrevistados, afirmar que os movimentos para além de proporcionar conquistas para os jovens, estes tornam-se guia das suas acções, ainda que não transmitindo restrições, é lá onde eles expõem suas ideias e tomam a acção, embora confrontados com desafios no seu processo. Para Procopiuck (2003) as instituições são concebidas como estruturas normativas e cognitivas que os indivíduos podem e utilizam com finalidade de encontrar sentido em relação ao mundo e com intento de decidir como agir nele. Mesmo que os jovens sejam livres de pensar, nos movimentos que estão engajados, estes possuem normas a seguir, mesmo que não restrinja a sua forma de pensar, pode guiá-los em determinados assuntos.

Em resumo, alguns obstáculos enfrentados pelos jovens incluem a repressão governamental, a falta de legitimidade percebida por parte das autoridades, e a possibilidade de violência ou conflitos durante manifestações.

4.4. Implicações da participação política não convencional na construção do sujeito político em jovens

Neste subcapítulo falamos das implicações que a participação não convencional possui na construção de um novo ser, as consequências vão desde a mudança de visão e atitude dos jovens. Mas quem seria esse ser? O ser pretendido neste estudo é aquele dotado de consciência, de autonomia ou possibilidades e conhecimento de “si”. Mas antes de discutirmos sobre as consequências que a participação não convencional pode trazer aos jovens, achamos necessário saber como se constrói o ser autónomo.

Pensar num sujeito político significa pensar num sujeito que possui a capacidade de intervir politicamente. As suas acções são praticadas no sentido de participar e interferir nos caminhos do meio em que está inserido. Podemos entender que o sujeito político se forma quando se põe em prática a cidadania, ou seja, ao ter acesso pleno aos direitos civis, políticos e sociais (Sabino, 2018, p. 20). Os jovens entrevistados são activos nos M.S na qual estão engajados, e demonstram desejo e gosto nas suas acções ou no acto de tomar acção. Nos seus depoimentos, é possível notar a diferença existente no seu “eu actual” e “eu inicial”⁴. Para Touraine, o indivíduo passa a ser consagrado de sujeito, quando este, se possibilita a sair da sua zona de conforto, ou melhor, quando passa a ser individuo plenamente consciente e começa a participar em debates, lutas, resistência e mais na sociedade.

(...) estando na área do activismo, está área tem-me transmitido experiências e fico ainda com mais vontade de participar mais ainda, este modo inspiro-me mais diante desta, meu é completamente diferente do a 6 anos atrás, (...) hoje sou mais consciente do cenário político do nosso País (Floquinho, 30 anos).

A participação nestes espaços influenciou demais no que sou hoje, agora paira em mim, dúvidas do meu Estado e dos Direitos e as normas internacionais atribuídas a cada um de nós, porque podemos constatar que mesmo que as nossas marchas sejam pacíficas, recebemos respostas violentas por parte da elite Estatal, portando, isto cria em mim (...) um eu que quer lutar pelos seus direitos políticos, mas que vai cada vez mais duvidando do Estado (Pretinha, 22 anos).

⁴ O “eu inicial” é aquele anterior ao sujeito consciente e autónomo, dotado de atitude. Aquele individuo desagregado do seu eu passado.

Os entrevistados transmitiram no seu depoimento ter deparado com assuntos longe da sua percepção passada, segundo Touraine, o indivíduo é reflectido no contexto da desagregação do eu e da ascensão de um individualismo, de uma autonomia que não está subordinada a nenhum objectivo social ou político. Dessa forma, o indivíduo moderno foge dos determinismos sociais, tornando-se um sujeito produtivo, activo e criativo (Touraine, 2006 apud Oliveira, 2007, p. 3).

Adiante os entrevistados relataram descobrir o desenvolvimento do seu “Eu” actual movida a acções. As acções movidas pelos M.S, decorrem de um acontecimento no cenário de um determinado território. Os jovens têm feito da participação não convencional, algo rotineiro, que de certo modo, tem fortalecido o seu “Eu”. Para Touraine a questão do conflito⁵ é de extrema importância na consolidação do sujeito “O sujeito não é um puro exercício de consciência, ele tem a necessidade do conflito para que ocorra a acção colectiva” (Touraine, 2006, p. 130 apud Veronese e Lacerda, 2011, p.423). A questão de conflito envolve assuntos relacionados com o poder, representatividade, ideologia e a própria participação⁶. Ainda para mesmo autor a consciência do sujeito é composta por três componentes, estas componentes são de certa medida, constituidoras do sujeito político em questão. Para que sejasujeito é necessário:

- **Uma relação a si mesmo como portador de direitos fundamentais-** Os indivíduos com conhecimento dos seus direitos tem mais possibilidades de reivindicar quando confrontados com injustiças. Em alguns depoimentos os entrevistados, demonstraram conhecer direitos fundamentais do indivíduo.
- **Um conflito com as forças dominantes que lhe impossibilitam o direito de agir como sujeito-** Ao reivindicar o direito que estão, de certo modo sendo, impedidos por instâncias de poder, o “Eu” sujeito é manifesto.

⁵ A questão de conflito é associada a inconformidade ou divergência de opinião ou acções, que neste sentido é enquadrado a exigência de respeito aos direitos instituídos.

⁶ Comentário: quando falamos que as questões de conflitos envolvem o poder, referimos a problemática da concentração de poder em pequenos grupos da sociedade ou mesmo indivíduo, essa distribuição e exercício de poder na sociedade, geralmente cria conflitos.

A representatividade envolve a justa e equilibrada representação no Sistema político, está questão pode ser atçar o conflito quando se percebe injustiça e desequilíbrio.

Outra componente que incita o conflito é a ideologia, as diferentes visões de grupo sobre o mundo e valores podem gerar conflito.

E por fim, temos a participação, a está as vezes é desigual na sociedade por possuir menos recursos, oportunidades etc., a exclusão social de certos grupos é um exemplo disso.

- **Por fim, cada um, como sujeito propõe certa concepção geral do indivíduo-** Neste sentido cabe ao indivíduo definir suas concepções sobre o “outro”, baseado simplesmente em suas próprias perspectivas, convivência, cultura ou educação.

Em suma a construção do sujeito é possível com a existência de um conflito que o indivíduo toma acção, em relato colectivo Touraine descreve que para que os sujeitos se afirmem, necessitam de um conflito para que ocorra uma acção colectiva (*idem*).

Conheço sim meus direitos e por isso os reivindico sempre que tenho oportunidade de o fazer (Bimbi, 26 anos).

Claro que conheço, acho que tenho de cor todos na minha cabeça, trabalho com a promoção desses, para fazer conhecer a população que aquela violência no hospital, na escola, no trabalho pode ser denunciada. Aquela falta de consideração daqueles que simplesmente vieram prometer só para angariar voto pode ser exigida que aconteça (...) (Deni, 26 anos)

Os jovens afirmaram conhecer os seus direitos, o que permite que, os mesmos sejam susceptíveis a reivindicar os seus direitos quando acharem que estes, estão a ser violados pelas forças dominantes, suas acções são meramente realizadas no contexto de desaprovação da actuação das instâncias de poder vigente, conseqüentemente o sujeito político jovem surge deste conflito.

4.4.1. Participação política não convencional na mudança da visão e atitude dos jovens

Os jovens entrevistados garantiram que as suas acções trouxeram mudanças nas suas vidas e atitudes, com a sua participação desenvolveram o seu eu particular, este que passaram da categoria de indivíduo inicial, para indivíduo afirmado como sujeito político, mesmo que a mudança tenha sido particular, existe nos sujeitos entrevistados similaridades envolvendo o seu desejo de promover e defender causas sociais. Para Touraine os indivíduos são em si diferentes, existe em si e para si uma particularidade, a sociedade é marcada por indivíduos com propósitos de realizar-se em meio a tantas contradições, requerendo o seu direito de ser diferente; respeitando a sua subjectividade, ao tornar-se sujeito como um meio de debater as regras e defender o seu espaço no cenário social e cultural, pois o sujeito está agrupado pela sua igualdade com outros sujeitos (Touraine, 2006 *apud* Oliveira, 2007, p. 4).

A mudança de visão e atitude envolve diversos factores a considerar⁷, neste trabalho importa focar apenas na experiência vivida em acções políticas não convencionais, sendo possível que, o indivíduo mude a sua visão do mundo ao longo do tempo, nos seus depoimentos os jovens afirmaram o seguinte:

Com a participação não convencional, uma coisa que mais constatei foi que eu tornei-me consciente do mundo real, a minha visão do mundo mudou de certo modo porque eu sai de uma caixa em que eu achava que “se está na lei, então, respeita-se”, pude constatar que não é assim em termos práticos. Meus valores sofreram transformações, de certo modo tive maior cede de justiça e mas vontade de transformar a situação em que se encontra meu País (Pretinha, 22 anos)

(...) impossível voltar a ser o que era antes, nunca pensei em mudar, minha atitude mudou sim, mas para melhor, eu de antigamente vivia no escuro, sem conhecimento e sem interesse com isso, hoje em dia não consigo ter outra atitude observadas injustiças sociais no mundo, meus valores cresceram prefiro continuar nesse jeito sempre (Floquinho, 30 anos).

Eu percebi que o mundo tem problemas que sozinho não serão resolvidos é importante tomar a acção, não consigo parar vendo esses problemas acontecer, por isso temos grupos que discutem meios de enfrentar problemas que surgem e que possam surgir ao longo do tempo, olha eu mudei demais meus valores foram mudando, apenas sei que estou no claro, consigo detectar injustiças antes mesmo de acontecer (...) (Deni, 26 anos)

Os entrevistados, nas suas declarações, descreveram que as suas acções têm tido implicações positivas nas suas vidas, que de certo modo, os seus valores como indivíduo estão e foram transformados, os mesmos têm pautado pela convivência saudável e harmoniosa em sociedade e a justiça social é o que têm movido as suas participações informais.

Divergindo das opiniões da maioria, um dos entrevistados trouxe em questão um exemplo de acontecimento actual, para mostrar a contínua mudança de si. O entrevistado quis trazer exemplo para seu depoimento, segundo o mesmo:

⁷ Pode envolver factores culturais ou experiências pessoais vividas ao longo do tempo.

Para explicar essa questão vou usar o exemplo de 18 de Março deste ano, olha que faço parte de movimentos a 6 anos. Nos olhamos o 18 de Março como o dia que a população Moçambicana realmente lavara o rosto e começaram a enxergar todas as barbaridades que tem acontecido no nosso País, então, foi uma marcha e quem estava em frente a marcha são várias organizações e não só os fãs do músico Azagaia e esta foi uma forma também de chamar atenção dos jovens, depois de 18 de Março muitos jovens mostraram-se, posicionaram-se de que lados estão com relação a governação (...), muitos perceberam que na verdade nos temos direitos e esses devem ser cumpridos. Então para mim a marcha de 18 de Março é um exemplo claro de que como as formas de participação não convencional tem agregado valores nos nossos jovens, tem mudado a visão do mundo tanto para mim e tanto para outro jovem (Branquinho, 23anos).

No caso exclusivo do entrevistado acima, o mesmo, contou uma acção participativa que de certo modo tenha o influenciado ainda mais a sua visão e atitude sobre o mundo e os seus valores de esta forma cresceram com esta acção.

Podemos observar que os jovens passaram por um processo de transformação que, de alguma maneira, mudou a sua visão do mundo e do cenário do seu País. Estes mostraram que a participação não convencional foi e é uma condição sine-qua-non para afirmação do seu “Eu”. Os movimentos são importantes para a participação, mas é a acção que os transformaram. Em suma, a mudança de visão e atitude dos mesmos decorreu das injustiças por eles enfrentados.

4.5. Contributo da participação política não convencional na construção do sujeito político em jovem

No cenário político actual, os jovens estão em busca de formas não convencionais de participação política. O meio de participação política não convencional tem-se demonstrado cada vez mais relevante para os jovens e a sua identidade política. Neste contexto, discutir o contributo das formas alternativas de participação política e/ou engajamento dos jovens nestas formas informais, se torna fundamental para compreender como esse caminho contribui para sua afirmação como “sujeito político” e o seu conhecimento ou consciencialização das questões políticas e sociais, após, o aprendizado na acção que realizada.

Em depoimentos anterior, os jovens garantiram ter ganhado conhecimento suficiente que permitiu-os obter mudanças de visão e atitude perante as injustiças por eles percebidas. Para este subcapítulo os jovens mostram como a participação não convencional tem permitido afirmar-se como sujeito político, este que passou de indivíduo inicial, para aquele que chamamos aqui de sujeito político construído pelas acções não convencionais. Para os entrevistados:

(...) antigamente via a política como algo fora do meu alcance, olhava os partidos como tudo fazem e apenas eles poderiam trabalhar com a política, mas quando começo a participar em encontros, veio-me depois o activismo e a compreensão dos problemas sociais e as falhas dos nossos representantes em algumas acções sociais, ai veio-me também o desejo de fazer política não ligada ao partido, para que não limite meu pensamento, eu sou livre de participar onde estou (...) (Floquinho, 30 anos).

Eu aprendi nos debates que todos nos somos sujeitos políticos e sociais, antes disso eu pensava que a política era só para os políticos e não posso trabalhar e nem lidar com isso, mas aprendi com os debates e jornais que olha a política é para todos, o meu voto é importante no rumo desse País, a importância das políticas públicas para o bem-estar da sociedade e mais, minha opinião é válida mesmo em assuntos que podemos achar pequenos (Branquinho, 23 anos).

Ao participar em acções políticas não convencionais, as pessoas mostraram torna-se mais consciente das questões políticas e sociais importantes, ainda mais, estas podem e permitem com que as pessoas expressem as suas opiniões de forma livre e directa e mais visíveis em relação às formas tradicionais de participação política.

No caso dos jovens, essa participação pode ser vista como uma forma de consciencialização política e social, pois eles, tendencialmente envolvem-se activamente na mudança das instituições que afectam as suas vidas. No que diz respeito a decisão, o institucionalismo sociológico sugere que as instituições são concebidas como estruturas normativas e cognitivas que os indivíduos podem e utilizam com finalidade de encontrar sentido relativamente ao mundo e com intento de decidir como agir nele (Procopiuck 2003, p. 113). A participação não convencional, como protestos, greves e mais, pode ser vista uma forma de pressionar as instituições a mudar as suas políticas ou práticas.

Além disso, a participação não convencional pode ajudar a fortalecer a identidade colectiva dos jovens e aumentar a sua confiança nas suas habilidades para fazer mudanças positivas na sociedade.

Numa marcha, ou ocupação pública as pessoas vão à rua, a intenção é influenciar decisões políticas, a tendência é fazer lobby e advocacia para as políticas públicas, temos tido sucesso com isso (...) (Pitche, 28 anos).

Onde há mobilidade os jovens tem mais oportunidade de influenciar mudanças em nosso País, questões sociais e políticas podem ser debatidas e praticadas (Bimbi, 26 anos)

Nos respondemos assim, não convencionalmente claro, mas com intuito de influenciar decisões. Eu acredito que se nos ficássemos quietos o entendimento que ficaria é de que nos estamos conformados com suas práticas e com a situação actual, mas sempre que ocorre oportunidades de participar em debates, marchas, na ocupação de espaços públicos os órgãos estatais prestam atenção naquilo e podem constatar que há um descontentamento por parte dos jovens em relação a situação actual no nosso País, então sim, o método usado por nós é eficaz para promover mudanças sociais, até porque é um direito (Pretinha, 22 anos).

Nos seus depoimentos, os jovens afirmaram contribuir para uma eventual decisão política, afirmaram ainda que esse é um direito, o exercício desse direito tem exactamente a função de despertar os órgãos estatais sobre a sua actuação, sendo assim, a participação política não convencional é uma ferramenta eficaz para grupos muitas das vezes excluídos ou negligenciados.

Nas declarações dos jovens, mostrou-se o reconhecimento de si, e esta admissão aparece aquando da sua aceitação como sujeito político, para Touraine só nos tornamos plenamente sujeitos quando aceitamos como nosso ideal reconhecer-nos e fazer-nos. Reconhecer enquanto indivíduos – como seres individuados, que defendem e constroem sua singularidade, e dando, através de nossos actos de resistência, um sentido a nossa existência (Touraine, 2006, p. 123, *apud* Veronese e Lacerda, 2011, p. 421-422).

Não me vejo a voltar a ser o que era antes, a ter pensamentos de antes, eu sou agora militante e tenho consciência disso, militante hoje e sempre, não têm como mudar

novamente, agora eu sei diferenciar o certo do errado, ninguém invade meus pensamentos e a modifica como bem entende, passei por muita coisa até hoje, são 6 anos de muita luta e resistência, irei continuar assim (Pitche, 28 anos).

Eu me investi, e com esse investimento tenho tido ganhos, e achas que quais são esses ganhos? (...) tornei-me coberta de habilidades que nem eu imaginária ter algum dia, falar e transmitir o que sei para as pessoas, conversar com decisores políticos sobre suas faltas em debates, workshops e algumas vezes em protestos frente a seus escritórios é algo que me descobri e não posso fugir, minha consciência não permite mais (Floquinho, 30 anos).

Já sei de muita coisa para me permitir ficar em móvel, não tem como, já não sou (...) de antes, hoje sou alguém que olha muito bem, muito bem mesmo, faz uma observação minuciosa sobre um determinado problema e não me permito ficar tipo estátua só observando, esse não, já não sou assim (Bimbi, 26 anos).

Em resumo, os sujeitos políticos entrevistados, mostram algum desenvolvimento de habilidades políticas, pois, a participação não convencional oferece aos jovens a oportunidade de desenvolver habilidades políticas práticas, como o activismo. Essas habilidades são valiosas para sua formação como atores políticos activos e engajados. Além do desenvolvimento da consciencialização política⁸ e das habilidades políticas, está também o empoderamento e, o engajamento em meio de formas não convencionais de participação proporciona aos jovens um sentimento de empoderamento e eles sentem-se capacitados a tomar medidas e fazer parte da mudança política e social que desejam ver, o que fortalece a sua identidade política e autoconfiança, o que permite firmar-se como sujeito político, aquele autónomo que defende e constrói a sua singularidade.

⁸ Os jovens que se envolvem nessas formas de participação não convencional de política têm a oportunidade de aprender sobre questões complexas, desenvolver uma compreensão mais profunda do funcionamento do sistema político e aumentar sua consciência política.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho procurou analisar o contributo da participação não convencional na construção do sujeito político, tendo como foco os jovens que fazem parte dos movimentos sociais. Para compreender como se forma o sujeito político, olhamos apenas para as suas acções informais dentro do movimento social, pois, consideramos aqui, que muitos estudos, olham a construção do sujeito político como sendo causadas pelas instituições na qual faz parte e não em acções realizadas pelos seus membros.

Ainda que a legislação moçambicana abra oportunidade para associação e manifestação, os jovens mostraram ter restrições, pois, existe uma limitação para o exercício da sua cidadania, mesmo que estes não coloquem em causa a manutenção do Estado. Embora aconteça essas restrições para o exercício da cidadania, os jovens têm apostado em formas de participação política não convencional dentre ficar contrário a participação política, e os movimentos sociais tem sido um caminho de facilitação a participação política para estes.

Unanimemente percebeu-se através dos entrevistados que, é através da participação não convencional garantida pelos seus M.S, que puderam manifestar os seus desejos como indivíduo na transição de sujeito, o que os permitiu tornar mais consciente do cenário de representação política existente, o que contribuiu também para a mudança da sua visão e atitude. Percebeu-se das percepções dos jovens que operam de duas formas: dependentes e independentemente dos seus M.S, pois, os mesmos são livres de actuar em vários movimentos em simultâneo, o que permite a sua maior participação em múltiplas áreas que carecem de atenção e consideração, e esta participação em sincrónica permite criar um sujeito não só autónomo, mas também, mais consciente do seu meio.

Os M.S são meios de facilitação para a busca da afirmação dos jovens e é lá onde eles ganham relevância conforme as suas acções, o que confirma a hipótese levantada, pois, realmente as acções geradas pelos movimentos sociais permitem com que os jovens participem politicamente e essa vertente de participação impulsiona a construção da autonomia dos jovens, o que permite a construção do “sujeito político”. Em meio as entrevistas, percebeu-se por meio das declarações dos jovens, que é através da acção de participar que a sua consciência constrói-se e, os conflitos existentes entre os decisores políticos e estes, de certa forma, tornam-se necessários para activação do sujeito politicamente activo.

A participação política não convencional e a participação dos jovens são percebidas por este como uma forma de contestação e resistência às instituições estabelecidas. Estas formas de participação ocorrem quando os indivíduos percebem que as instituições existentes não estão a responder de maneira adequadamente às suas demandas e necessidades. Ao engajar-se nestas formas não convencionais, os jovens procuram influenciar as regras, normas e práticas políticas, desafiando as estruturas do poder existentes. Dessa forma, a participação política não convencional pode desempenhar um papel na transformação e adaptação das instituições políticas, promovendo maior inclusão, representatividade e reactividade às demandas dos cidadãos.

Conclui-se ainda participação não convencional pode trazer à tona questões importantes, dar voz a grupos marginalizados, aumentar a consciencialização pública sobre determinadas causas, pressionar por mudanças sociais e políticas, e promover a diversidade de opiniões e perspectivas na tomada de decisões. Mas ela também cria cidadãos conscientes, o que chamamos no nosso trabalho de “sujeito político”. Questões negligenciadas pelas formas convencionais de participação política são tratadas por esses grupos, através do activismo, protestos, manifestações, etc., para chamar atenção e mobilizar a opinião pública em torno dos problemas negligenciados.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abdalla, E. M., (2019). *Novas Formas de Participação Política e Seu Impacto nos Regimes Democráticos: O Caso Brasil*.

Almeida, Í. D’A. (2021). *Metodologia do trabalho científico*. Recife: Ed. UFPE.

Araújo, R. & Perez, O. (2021). *Antipartidarismo, Juventude e Movimentos Sociais: Considerações e Correlações*. Maceió-al: ENAPEGS.

ASSEMBLEIA DA REPUBLICA. Constituição. Imprensa Nacional de Moçambique, 2004.

Brenner, A. K. (2018). *Do Potencial à Acção: O Engajamento de Jovens em Partidos Políticos*. vol. 29. n. 1.(86). Pp. 239-266. Acesso em: <http://dx.doi.org/10.1590/1980-6248-2016-0120>.

Bordenave, J. E. D. (1994). *O que é Participação*. (8ª ed). São Paulo: Brasiliense.

Butler, U. M. e Princeswal, M. (2012). *Culturas de Participação: Jovens e Suas Percepções e Práticas de Cidadania*. vol. XV - nº 27. O Social em Questão. Pp.101 - 126.

Biza, A. M. (2009). *Jovens e Associações em Moçambique: Motivações e Dinâmicas Actuais*. vol.18, n.3, São Paulo: Saúde e Sociedade.Pp.382-394.

Della Porta, D. (2003). *Introdução à Ciência Política*. Editorial Estampa.

Fontes, P. V. (2016). *Cidadania Global e os Novos Movimentos Juvenis: Lutas por Redistribuição e Reconhecimento*. In: Rocha, G., Gonçalves, R., Madeiros, P. (org). *Juventude (s): Novas Realidades, Novos Olhares*. (1ª ed). Húmus. Pp.223-242.

Gil, A. C. (2008). *Como Elaborar Projectos de Pesquisa*. (4ª ed.), São Paulo: Atlas.

Hall, P. & Taylor, R. (2003). *As Três Versões do Neo-institucionalismo*. Lua Nova. n.56, pp.193-224.

Honwana, A. (2014). *Juventude, Waithood e Protestos Sociais em África*. Desafios para Moçambique. Pp-399-412.

Gohn, M. da G. (2014). *Sociologia dos Movimentos sociais*. (2ª ed.) RD São Paulo: Cortez. Editora.

Izsák-Ndiaye, Rita. (2021). *If I Disappear Global Report on Protecting Young People in Civic Space*.:Intertranslations. Disponível em: <https://unoy.org/download/if-i-disappear-global-report-on-protecting-young-people-in-civic-space/>

Lins, L. T. (2016). Teorias sobre os movimentos sociais: projecto de sociedade em disputa. In Albuquerque J., Matos F., Lins V. (Orgs.). *Educação Popular e Movimentos: Sociais experiências e desafios*. Fortaleza: Imprece.

Lucas, Dogla C. (2006). *Os novos movimentos sociais contribuindo para afirmação democrática do direito e do Estado*: Revista Direito em debate, vol.15, n. 25. <https://doi.org/10.21527/2176-6622.2006%25.%p>

Maluf, R., Souza F., Oliveira H., Oliveira, J., e Silva M. (s.d). *Jovens na Política: Participação, Protagonismo e Experiência*.

Marconi, M. A. E Lakatos, E. M. (2003). *Fundamentos de metodologia científica*. (5ª ed). São Paulo: Atlas

Mayorga, C. Prado, M. A. M. Alves, R. H. (2007). *Participação Política e Juventude*.

Mendonça, É., Correio, D. B. A. A., e Correio, C. M. B. H. (2016) *Juventude (Des) politizada? Ampliamento Perspectivas no Olhar à Participação Política Juvenil*. Revista Psicologia Política. São Paulo Vol.16. n.35.

Mesquita, M. Bonfim, J. Padilha, E. Silva, A. (2016). *Juventudes e Participação: Compreensão de Política, Valores e Práticas Sociais*. Maceió-AL: Psicologia & Sociedade, 288-297.

Nicoletti, A. S. (2013). *Participação Política Convencional e Não Convencional: Dois fenómenos Contraditórios?* Pelotas: Pensamento Plural. Pp 51-64.

Oliveira, C. C. V. (2007). *Resenha: Touraine, Alain. Um Novo Paradigma: Para Compreender o Mundo de Hoje*. Petrópolis: vozes, 2006. 261p. vol. 1. n. 1. Acesso em: <https://revistas.unibh.br/ecom/articles/view/493/283>.

Pasquino, G. (1998). Movimentos Católicos. — V. Partidos Católicos e Democrático - Cristãos Europeus. In: Bobbio, N., Matteucci e Pasquino, G. (org). *Dicionário de Política*. (11ª ed). Brasília: Editora Universidade de Brasília. vol. 1.

Procopiuck, M. (2013). *Políticas Públicas e Fundamentos da Administração Pública*. São Paulo: Atlas.

Rabat, M. N. (2002). *A Participação da Juventude em Movimentos Sociais no Brasil*. Brasília: Consultoria Legislativa.

Roldán, M. (2020). *Emocionalidade Política na Acção Colectiva Juvenil*. Argentina: Psicologia & Sociedade. <http://doi.org/10.1590/1807-0310/2021v33241932>.

Sabino, F. C. (2018). *A Formação do Sujeito Político a Partir das Redes Pessoais: O Fazer da Autonomia em duas Comunidades Quilombolas do Norte Fluminense*. Campos dos Goytacazes /Rio de Janeiro.

Sampaio, R. C., e Lycarião, D. (2021). *Análise de Conteúdo Categorical: Manual de Aplicação*. Brasília: Enap.

Severino, A. J. (2013) *Metodologia do trabalho científico*. (1ª ed). São Paulo: editora Cortez.

Silva, M., Jesus, M., Loff, M., Nata, G., e Menezes, I. (2021). *A Participação Política da Juventude em Portugal*. A participação política de jovens vista por dentro: perspectivas de activistas sobre as formas, as causas, os motivos e o futuro. Portugal: GULBENKIAN STUDIES/ FUTURE FORUM.

Silveira, A. R., e Stralen, C. J. (2017). *Sujeito e Política no Debate Contemporâneo*. Belo Horizonte: Psicologia em Revista. vol. 23. n.3. Pp. 939-951.

Schreiner, S. C. (2017). *Movimentos Sociais*. Indaial: UNIASSELVI.

Veronese, M. V., e Lacerda, L. F. B. (2011). *O sujeito e o Indivíduo na Perspectiva de Alain Touraine*. Goiânia: Sociedade e Cultura. vol. 14. n. 2, p. 419-426

APÊNDICES

Apêndice 1



Faculdade de Letras e Ciências Sociais

Licenciatura em Ciência Política

GUIÃO DE ENTREVISTA

Cordiais Saudações

Sou a Bastiana Sousa Ricardo, finalista no curso de Ciência Política na Universidade Eduardo Modlane. Neste momento encontro-me a desenvolver meu trabalho de fim de curso, onde falo, sobre o contributo da participação política não-convencional na construção do sujeito político jovem que estejam engajados nos movimentos sociais. Deste modo, convido-lhe a participar nesta pesquisa através de partilha de informações sobre o assunto em questão, constando que será de carácter confidencial.

A participação política pode ser vista em duas modalidades, as convencionais que são aquelas ligadas ao voto, a participação em partidos políticos etc. Porém existe as formas não convencionais de participação, que são aquelas ligada aos movimentos sociais, todas as acções geradas pelos movimentos sociais são tidas como formas não-convencionais de participação política e muito importante para um Estado democrático, o debate, as marchas, ou seja, todas acções geradas para consciencializar múltiplos grupos são consideradas como participação política não-convencional.

Secção I: Perfil sociodemográfico

1. Sexo
2. Idade
3. Religião
4. Nível académico

5. Profissão
6. Residência

Secção I: motivações e aspiração para o engajamento nos movimentos sociais

7. Em quantos movimentos participa?
8. A quanto tempo faz parte de um movimento social?
9. Quais foram suas motivações para engajar-se no movimento?
10. Quão activo é no movimento na qual se encontra?
11. Quais suas aspirações pessoais dentro do movimento e conquistas?

Secção II: tipos e formas de participação não-convencional adoptados pelos jovens em movimentos sociais. Tendo em é consideração que as Algumas formas de participação não convencional incluem, debates, marcha, protestos, ocupação de espaços públicos, boicotes, greves, acções directas, escrever um jornal, assinar petições, desobediência civil, uso de médias sociais para mobilização etc.

12. Porquê participar de forma não convencional? O movimento não impõe restrição?
13. Quais são as principais formas de participação política não-convencional que você tem adoptado nos movimentos sociais em que está engajado/a?
14. Quais são os principais obstáculos que você enfrenta ao participar politicamente de forma não-convencional?

Secção III: implicações da participação política não-convencional na construção do sujeito político em jovens.

15. Conhece direitos fundamentais? Esses influencia sua percepção?
16. Em que medida você acredita que sua participação política não-convencional tem contribuído para o desenvolvimento do seu “Eu”?
17. Quais são as principais lições que você aprendeu por meio de sua participação política não-convencional e como elas moldaram sua visão política?

Secção IV: Papel da experiência da participação política não-convencional na construção do sujeito político em jovens.

18. Como sua participação política não-convencional tem contribuído para sua consciencialização política sobre questões sociais e políticas?
19. Você acredita que sua participação política não-convencional influencia sobre as decisões políticas? Por quê?
20. Quais são os principais benefícios ou aprendizados que você tem obtido por meio de sua participação política não-convencional?

Apêndice 2

CONSENTIMENTO INFORMADO

Eu _____, aceito de livre e espontânea vontade participar na presente pesquisa com o tema: Influência da participação não-convencional na construção do sujeito político dos jovens engajados em movimentos sociais. Esta que me foi apresentado como propósito de culminação do curso, e os dados estarão inseridos na monografia e para a defesa final do curso de ciência política na UEM. Desta feita, estou ciente de que as respostas por mim prestadas, poderão ser divulgadas e com vista a preservação da minha identidade o meu nome não será exposto, sabendo disto, autorizo a gravação da entrevista constando que após a sua utilização, a mesma será deletada e não servirá para outros fins fora esta pesquisa. De acordo com os esclarecimentos prestados, a minha confirmação na pesquisa se dá através de assinatura deste documento.

Entrevistado

Entrevistadora
